

Relatório

GRSAC

Relatório de Riscos
e Oportunidades
**Sociais, Ambientais
e Climáticas**

Dezembro de 2025

Sumário Geral

Introdução	4
1. GVR - Governança do gerenciamento do risco social, do risco ambiental e do risco climático.....	9
a) Identificação das instâncias de governança da Instituição com atribuições no gerenciamento do risco social, do risco ambiental e do risco climático	9
b) Descrição das responsabilidades atribuídas às instâncias identificadas no item (a), e do relacionamento entre elas	10
c) Processo e frequência de recebimento, pelo CA e, na ausência deste, pela diretoria, de informações relativas ao risco social, ao risco ambiental e ao risco climático, tendo em vista o descrito no item (b).	12
d) Descrição dos critérios utilizados pelo CA e, na ausência deste, pela diretoria para assegurar a consideração do risco social, do risco ambiental e do risco climático, quando relevantes, nos processos de aprovação e revisão	13
e) Formas de monitoramento pelo CA e, na ausência deste, pela diretoria dos objetivos estratégicos e, se aplicável, das metas da instituição relacionados a aspectos sociais, ambientais e climáticos.....	17
2. EST - Estratégias utilizadas no tratamento do risco social, do risco ambiental e do risco climático	18
a) Identificação dos eventos de risco social, de risco ambiental e de risco climático que geram possibilidade de perdas relevantes para a instituição em diferentes horizontes de tempo.....	18
b) Identificação de concentrações significativas dos riscos mencionados no item (a) nas exposições de crédito da instituição, observado o disposto no art. 38-d, inciso v, da Resolução nº 4.557, de 2017	22
c) Descrição de como os eventos mencionados no item (a) são considerados nos negócios, nas estratégias e no gerenciamento de capital da instituição, detalhando o horizonte de tempo considerado e os critérios adotados na priorização dos riscos avaliados.....	23
d) Descrição das hipóteses de mudanças em padrões climáticos e de transição para uma economia de baixo carbono utilizadas na realização de análises de cenários, no âmbito do programa de testes de estresse de que trata o art. 7º, inciso vii, da Resolução nº 4.557, de 2017	24
e) Descrição da capacidade de adaptação da instituição, considerando as hipóteses mencionadas no item (d).....	25

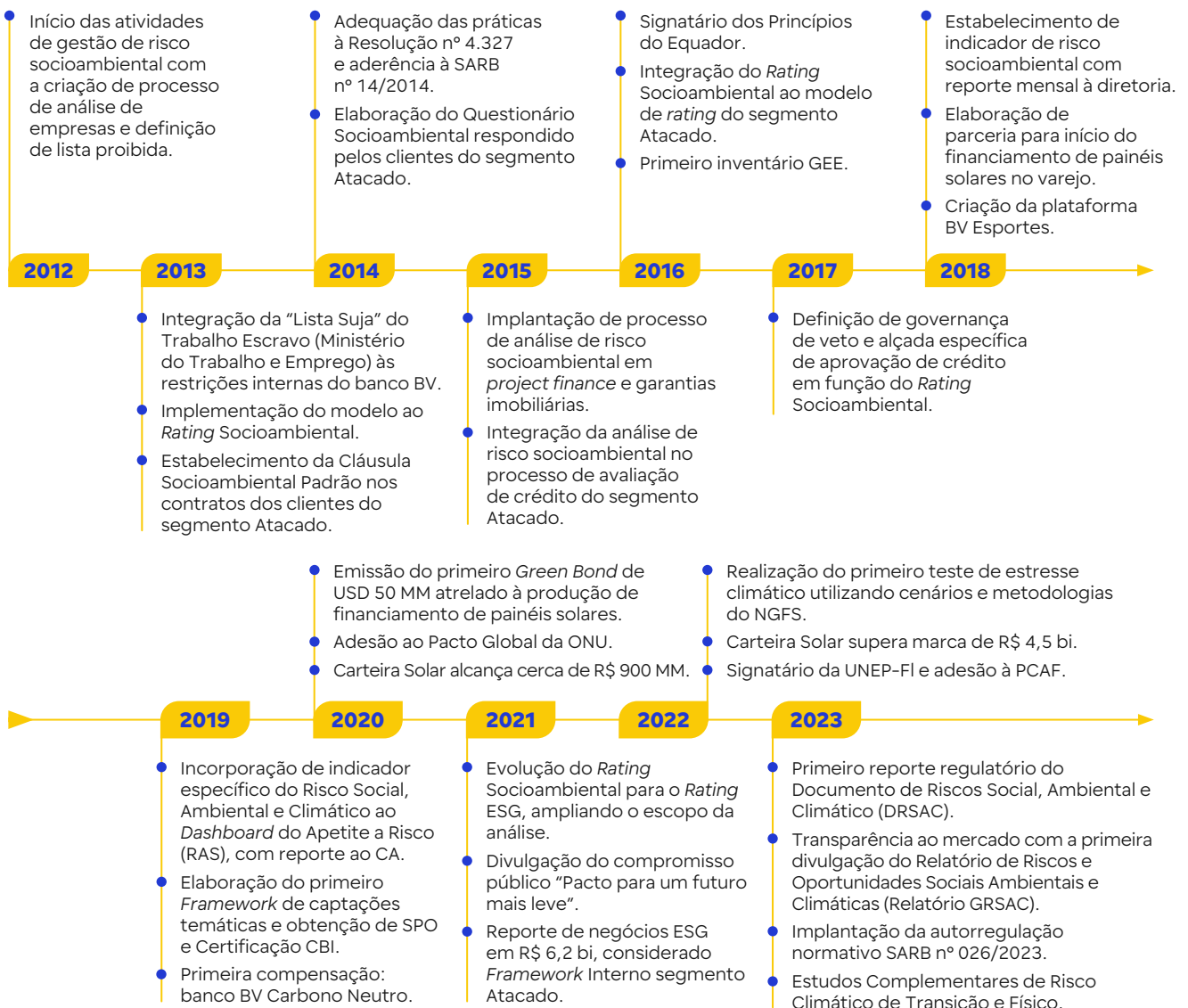
Sumário Geral

3. GER - processos de gerenciamento do risco social, do risco ambiental e do risco climático	26
a) Descrição do processo de identificação, mensuração e avaliação do risco social, do risco ambiental e do risco climático	26
b) Descrição dos critérios utilizados para a classificação das exposições quanto ao risco social, ao risco ambiental e ao risco climático, considerando o setor econômico, a região geográfica e o prazo médio das exposições.....	27
c) Descrição dos mecanismos utilizados para a identificação tempestiva de mudanças políticas, legais ou regulamentares que possam impactar o risco climático de transição incorrido pela instituição	30
d) No âmbito do gerenciamento integrado de riscos, descrição dos mecanismos utilizados para o tratamento das interações entre o risco social, o risco ambiental e o risco climático, e entre esses e os demais riscos incorridos pela instituição, observado o disposto no art. 38-e da Resolução nº 4.557, de 2017	31
e) Descrição dos processos de gerenciamento do risco social, do risco ambiental e do risco climático, destacando o monitoramento, o controle e a mitigação desses riscos	32
f) Descrição dos mecanismos utilizados para o monitoramento de concentrações em setores econômicos, regiões geográficas ou segmentos de produtos e serviços mais suscetíveis a sofrer ou causar impactos sociais, ambientais e climáticos	34
4. Tabela MEM - indicadores utilizados no gerenciamento do risco social, do risco ambiental e do risco climático.....	35
a) Indicadores quantitativos utilizados no gerenciamento do risco social, do risco ambiental e do risco climático, destacando aqueles associados.....	35
b) Descrição das metodologias utilizadas para o cálculo ou estimação dos indicadores mencionados no item (a).....	36
5. Tabela OPO - oportunidades de negócios associadas aos temas social, ambiental e climático	39
a) Instâncias de governança da instituição com atribuições na identificação das oportunidades de negócios associadas aos temas social, ambiental e climático, considerando as instâncias em seus diversos níveis (estratégico, tático e operacional)	39
b) Descrição das responsabilidades atribuídas às instâncias identificadas no item (a) e do relacionamento entre elas	39
c) Processo e frequência de recebimento, pelo CA e, na ausência deste, pela diretoria, de informações relativas às oportunidades de negócios associadas aos temas social, ambiental e climático	40
d) Identificação das oportunidades de negócios associadas aos temas social, ambiental e climático que geram possibilidade de ganhos relevantes para a instituição em diferentes horizontes de tempo.....	40
f) Descrição de como as oportunidades de negócios mencionadas no item (d) são consideradas nas estratégias da instituição, detalhando o horizonte de tempo considerado e os critérios adotados na priorização dessas oportunidades.....	44

Introdução

Ao longo dos últimos anos, os temas sociais, ambientais e climáticos passaram a ocupar papel cada vez mais relevante no contexto do sistema financeiro, influenciando a forma como instituições financeiras estruturam suas estratégias, avaliam riscos e conduzem seus negócios. Inseridas no centro das cadeias produtivas, as instituições financeiras têm ampliado sua atuação tanto na gestão de riscos decorrentes desses fatores quanto no direcionamento de recursos e no engajamento de suas cadeias de valor, em linha com a evolução das práticas de mercado e do arcabouço regulatório aplicável.

Nesse contexto, o banco BV vem, ao longo de mais de uma década, estruturando sua agenda de sustentabilidade e de gerenciamento dos riscos sociais, ambientais e climáticos, com vistas à incorporação desses aspectos ao seu modelo de negócios. Essa agenda é pautada, entre outros instrumentos, na Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), a qual estabelece diretrizes claras para assegurar que as práticas de negócios não apenas cumpram com os padrões éticos e de transparência, mas também promovam um impacto positivo ao longo de toda a cadeia de valor.



2024

- Desenvolvimento de novo estudo climático complementar (impacto Lei Antidesmatamento).
- Revisão da ferramenta interna para determinação do potencial de impacto SAC inerentes às atividades econômicas ("Matriz RSAC"), com o objetivo principal de alinhamento aos reportes regulatórios (DRSAC) e à regulação de gerenciamento dos RSAC.
- Evolução na eficiência de análises com automação de processos e contratação de ferramenta Agrotech para análises de regularidade socioambiental rural.
- Avanço nos reportes regulatórios e transparência ao mercado, incluindo a divulgação das tabelas facultativas no Relatório GRSAC.
- Revisão dos processos de gestão de crise após evento do RS.
- Criação da Assessoria ESG relacionada à elaboração do *framework* ESG dos nossos clientes do Atacado.

2025

- Atualização dos processos de gestão de crise, com revisão dos níveis de crise e inclusão do nível de crise social.
- Revisão e atualização do protocolo interno SARB nº 026/2023.
- Adequação à atualização da SARB nº 014/2014.
- Contratação de nova ferramenta para avaliação do risco climático físico dos clientes do Atacado.
- Revisão no processo de avaliação de áreas rurais no âmbito de Cédula de Produto Rural (CPR) considerando ferramenta Agrotech no processo de tomada de decisão e impeditivos socioambientais estabelecidos no MCR.
- Avanço na agenda de finanças sustentáveis com a participação e seleção no Leilão 2 do Eco Invest Brasil e realização da primeira operação Blue Repo de um banco privado no país.
- Alcance de 59,61% da meta de produção ESG prevista para 2030.
- Estruturação de operação no Atacado com incorporação de créditos de carbono no pagamento de fee.

Dentre as ações e abordagens de 2025, no gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático, destacam-se as seguintes iniciativas:








1) automatização de processos para ganho de eficiência, como verificador automático de listas de restrição e marcação do registro de perdas;

2) com vistas à implementação dos requisitos de divulgação previstos na Resolução CMN nº 5.185/2024 (em conformidade com os Pronunciamentos Técnicos CBPS 01 e CBPS 02), a Instituição constituiu, ao longo do exercício, um grupo de trabalho interno multidisciplinar, com apoio de consultoria externa, dedicado à identificação de lacunas e à elaboração de plano de ação para alinhamento às novas exigências regulatórias, cujas ações previstas serão implementadas ao longo do próximo ano (2026);

3) Revisão e atualização de processos em atendimento aos compromissos assumidos no âmbito da SARB nº 014/2014, bem como a revisão do Protocolo Interno em alinhamento às disposições da SARB nº 026/2023. Essas iniciativas integram o conjunto de práticas de governança social, ambiental e climática da Instituição no âmbito da Autorregulação Febraban (Federação Brasileira de Bancos), contexto no qual o banco BV foi reconhecido no Prêmio Autorregulação Febraban, no eixo socioambiental.

No contexto de sustentabilidade, destaca-se a evolução do compromisso público “Pacto para um futuro mais leve” divulgado em maio de 2021 e os resultados de 2025 destacados na imagem a seguir. Esse pacto estabelece como o banco BV pretende promover o desenvolvimento social e econômico e entregar resultados sustentáveis nas áreas em que acredita que possa trazer maior contribuição material no tocante aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

Nossas metas para 2030

Compromisso / ODS	Meta	Resultado 2025
<p>Neutralizar nosso impacto ambiental</p> <p>ODS</p>  	<p>Compensar 100% das emissões de gases de efeito estufa (GEE) diretas do BV</p> <hr/> <p>Compensar a emissão de 100% da frota financiada pelo BV</p>	<p>As emissões diretas já são totalmente compensadas</p> <hr/> <p>Desde o início do programa, o BV já compensou a emissão de 8,3 milhões de toneladas de CO₂ da sua frota financiada</p>
<p>Acelerar a inclusão social</p> <p>ODS</p>  	<p>Atingir 50% de cargos de liderança ocupados por pessoas que se identifiquem com o gênero feminino</p> <hr/> <p>Garantir a participação de 35% de negros no quadro de colaboradores do BV</p>	<p>Já temos 43,4% de mulheres em cargos de liderança e 46,36% de mulheres no quadro geral</p> <hr/> <p>Já temos 29,7% de pessoas negras no nosso quadro geral</p>
<p>Mobilizar recursos para fomentar negócios sustentáveis</p> <p>ODS</p>   	<p>Financiar e distribuir R\$ 80 bilhões no mercado de capitais para negócios ESG</p>	<p>R\$ 47,66 bilhões financiados e distribuídos para negócios ESG desde 2021</p>

O presente documento (Relatório GRSAC) tem como objetivo divulgar informações relativas à governança, às estratégias e aos processos de gerenciamento dos riscos sociais, ambientais e climáticos da Instituição, ampliando a transparência de suas práticas em linha com o disposto na Resolução BCB nº 139/21. Vale ressaltar que em função da associação desses riscos aos fatores ASG (ESG, em inglês) ao longo do relatório também é utilizada a terminologia “ESG” (*Environmental, Social and Governance*).

Em conformidade com a regulamentação vigente, o Relatório GRSAC contempla informações sobre a governança do gerenciamento dos riscos sociais, ambientais e climáticos (SAC), bem como sobre os impactos reais e potenciais desses riscos nas estratégias adotadas pela Instituição e nos processos de gerenciamento de riscos e de capital, considerando diferentes horizontes de tempo e cenários. A estrutura de divulgação do relatório é inspirada nas recomendações da *Task Force on Climate-Related Financial Disclosures* (TCFD), sem se limitar à perspectiva climática, abrangendo também riscos e oportunidades de natureza social e ambiental.

O Relatório GRSAC do banco BV reflete seu compromisso com a sustentabilidade, demonstrando a inclusão dos aspectos sociais, ambientais e climáticos na governança, na estratégia e na gestão de riscos da Instituição.

Este documento está dividido em seções compostas por tabelas, as quais apresentam as seguintes informações qualitativas e quantitativas de periodicidade anual:

- **Tabela GVR:** Governança do gerenciamento do risco social, do risco ambiental e do risco climático;
- **Tabela EST:** Estratégias utilizadas no tratamento do risco social, do risco ambiental e do risco climático;
- **Tabela GER:** Processos de gerenciamento do risco social, do risco ambiental e do risco climático;
- **Tabela MEM:** Indicadores utilizados no gerenciamento do risco social, do risco ambiental e do risco climático;
- **Tabela OPO:** Oportunidades de negócios associadas aos temas social, ambiental e climático.

Considerando o escopo de atuação da gestão dos riscos social, ambiental e climático, essa divulgação inclui uma variedade de tópicos que o banco BV considera ser relevantes para os negócios e que são de interesse das partes interessadas.





1

GVR

Governança do gerenciamento do risco social, do risco ambiental e do risco climático

a) Identificação das instâncias de governança da Instituição com atribuições no gerenciamento do risco social, do risco ambiental e do risco climático.

O banco BV possui uma estrutura de governança dedicada especificamente ao gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático, composta pelas seguintes instâncias:

Nível estratégico

- Conselho de Administração (CA)
- Comitê de Riscos e Capital (CRC)
- Comitê ASG (CASG)
- Comitê Executivo (COMEX)
- Diretoria Executiva
- *Chief Risk Officer* (CRO)

Nível tático

- Comitê de Controles e Riscos (CCR)
- Comitê Executivo das *Business Units*
- Comitê de Crédito
- Comitê de Produtos
- Comitê de ALM

Nível operacional

- Área de Riscos Social, Ambiental e Climático
- Área de Operação PLD/FTP
- Área de Arquitetura de Segurança da Informação
- Área de Negócios
- Área de Crédito Atacado
- Área de Risco Operacional e *Compliance*
- Área de Operações
- Área Jurídica
- Gestão de Contratos e Fornecedores

b) Descrição das responsabilidades atribuídas às instâncias identificadas no item (a), e do relacionamento entre elas

O **Conselho de Administração (CA)** e seus comitês de assessoramento, especialmente o Comitê de Riscos e Capital e o Comitê ASG, são responsáveis por zelar pela perenidade e condução dos negócios da Instituição de forma sustentável, considerando os riscos e as oportunidades sociais, ambientais e climáticas nas decisões estratégicas. O CA aprova tempestivamente qualquer atualização da PRSAC, além de aprovar o Apetite a Riscos da Instituição (incluindo temas, indicadores e limites relacionados aos riscos social, ambiental e climático) e acompanhá-lo mensalmente.

O **Comitê de Riscos e Capital (CRC)** é responsável por supervisionar os principais riscos da Instituição e é o principal comitê com reporte ao Conselho de Administração, que verifica as abordagens de riscos da Instituição, incluindo riscos SAC, tanto no âmbito do atendimento do Apetite a Riscos, quanto no seu monitoramento amplo e abordagens metodológicas.

O **Comitê ASG (CASG)** é responsável por supervisionar a estratégia de sustentabilidade da Instituição. O CASG acompanha e avalia a evolução em relação aos compromissos voluntários e entrega das principais prioridades da agenda de sustentabilidade, além de atuar de forma coordenada com o CRC de modo a facilitar a troca de informações sobre a PRSAC e demais assuntos relacionados aos riscos SAC. Adicionalmente, nos termos do seu Regimento Interno, o Comitê ASG é responsável por: (a) propor recomendações ao Conselho de Administração sobre o estabelecimento e a revisão da PRSAC; (b) avaliar o grau de aderência das ações implementadas à PRSAC e, quando necessário, propor recomendações de aperfeiçoamento; (c) acompanhar os temas de sustentabilidade que devam ser apreciados pelo Conselho de Administração e acompanhar as tendências dos temas relacionados à sustentabilidade dos negócios; (d) propor e acompanhar medidas visando o desempenho sustentável do BV e sociedades controladas; (e) revisar a estratégia geral dos temas ambientais, sociais e de governança do BV e de suas controladas e avaliar o progresso em relação às metas comprometidas externamente; (f) acompanhar os indicadores relacionados ao tema de sustentabilidade; (g) avaliar os projetos patrocinados pelo BV que tenham relação com ASG; e (h) manter registros de suas recomendações e cumprir outras atribuições determinadas pelo Conselho de Administração.

O **Comitê Executivo (COMEX)** é responsável pela avaliação de temas da Instituição que envolvam posicionamento da marca na sociedade, ações com risco de imagem, pelo monitoramento do cumprimento das diretrizes estabelecidas na PRSAC, por deliberar sobre a implementação de estratégias institucionais e propor aos órgãos competentes os investimentos a serem realizados pelo Banco atinentes ao tema sustentabilidade, por avaliar e monitorar a adesão pelo Banco a compromissos voluntários que contemplem o tema sustentabilidade e, por fim, monitorar as tendências globais na área de sustentabilidade que possam ter impactos na estratégia da Instituição.

A **Diretoria Executiva** é responsável por conduzir estrategicamente as diretrizes sociais, ambientais e climáticas em cada segmento de negócio e, em linha com a aspiração em sustentabilidade da Instituição, fomentar o desenvolvimento social por meio de atuação sustentável com nosso ecossistema, sendo referência e praticando os princípios ESG em toda a empresa.

O **Chief Risk Officer (CRO)** tem como atribuição, em linhas gerais, a supervisão do desenvolvimento, implementação, desempenho e aperfeiçoamento da estrutura de gerenciamento de riscos, incluindo a gestão dos riscos social, ambiental e climático.

O **Comitê de Controles e Riscos (CCR)** assegura a gestão de riscos eficaz em apoio à estratégia da Instituição. O CCR é responsável por aprovar as definições e métricas da gestão dos riscos social, ambiental e climático.

O **Comitê Executivo das Business Units** é responsável por deliberar sobre iniciativas ESG relacionadas ao respectivo negócio e por monitorar os resultados dos projetos ESG implementados pela respectiva unidade de negócio.

O **Comitê de Crédito** é responsável pela deliberação de limites de crédito com clientes, tendo os pareceres e avaliações sociais, ambientais e climáticas como insumos relevantes para a tomada de decisão. Importante destacar que, de acordo com a governança da Instituição, a área de Riscos Social, Ambiental e Climático pode não aprovar determinado relacionamento com potencial cliente, dependendo da sua avaliação de riscos SAC, não sendo necessário submeter à avaliação do Comitê de Crédito.

O **Comitê de Produtos** é responsável por considerar o parecer de Riscos Social, Ambiental e Climático na deliberação de novos produtos e suas alterações relevantes.

O **Comitê de ALM** é responsável pela gestão e monitoramento das captações temáticas (verdes/sociais/sustentáveis) e da estratégia de compra de crédito de carbono.

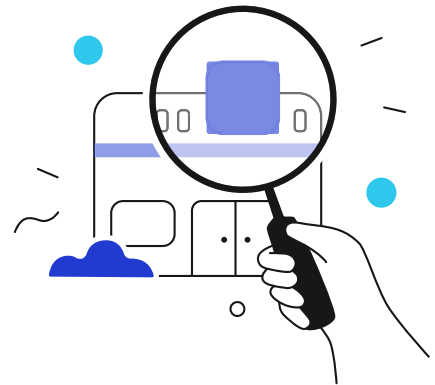
A área de **Riscos Social, Ambiental e Climático** é responsável pela gestão dos riscos SAC, contemplando identificação, avaliação, mensuração, controle e monitoramento, incluindo processos e metodologias. A equipe atua na avaliação de clientes, garantias imobiliárias, fornecedores e investidas, entre outros, para mitigar e gerenciar quaisquer impactos no meio ambiente ou na sociedade, e que resultem em riscos associados aos serviços financeiros prestados.

A área de **Operação PLD/FTP** é responsável por atender as demandas socioambientais relacionadas aos processos de *onboarding* e renovação de clientes, parceiros, fornecedores e colaboradores, além de possíveis identificações de apontamentos em seus monitoramentos.

A área de **Arquitetura de Segurança da Informação** atua garantindo a integridade e inviolabilidade dos dados coletados e gerados pelo Banco, com respectivo foco na mitigação do risco social.

A área de **Negócios** atua como primeira linha de defesa no tratamento dos riscos social, ambiental e climático uma vez que é a área que interage diretamente com o cliente. Essa interação possibilita a identificação tempestiva de indícios de impactos negativos sociais, ambientais e climáticos que possam acarretar riscos para a Instituição.

A área de **Crédito Atacado** atua garantindo a incorporação da análise de riscos social, ambiental e climático na análise de crédito, além de pontuar possíveis riscos e/ou apontamentos adicionais no âmbito social, ambiental e climático.



A área de **Risco Operacional e Compliance**, como gestora do risco de conformidade, avalia, dentre outros aspectos, nos pilares preventivo, detectivo e corretivo de atuação, a aderência regulatória da Instituição, incluindo, mas não se limitando àquela relacionada à gestão dos riscos social, ambiental e climático dentro do Banco.

A área de **Operações** é responsável por verificar se há alguma condição para formalização de operação no que tange aos aspectos sociais, ambientais e climáticos. Havendo precedente, deve encaminhar para a análise e validação da área de Riscos Social, Ambiental e Climático.

A área **Jurídica** é, dentre diversos aspectos, responsável por elaborar contratos contemplando cláusulas socioambientais nas operações de crédito, bem como por prestar suporte às áreas de negócio quanto ao cumprimento de determinações legais e regulatórias e atuar na prevenção e defesa de litígios judiciais de natureza social, ambiental e climática.

A área de **Gestão de Contratos e Fornecedores** é responsável por avaliar a aderência dos fornecedores de produtos e serviços aos critérios cadastrais exigidos pela Instituição, incluindo os sociais, ambientais e climáticos.

c) Processo e frequência de recebimento, pelo CA e, na ausência deste, pela diretoria, de informações relativas ao risco social, ao risco ambiental e ao risco climático, tendo em vista o descrito no item (b)

O CA recebe:

- **Mensalmente** - Monitoramento do indicador do apetite de risco relacionado aos riscos SAC;
- **Trimestralmente** - Demonstrações financeiras que contêm notas explicativas sobre os riscos SAC;
- **Tempestivamente** - Outros temas como, por exemplo, demanda de aprovação de clientes conforme governança de alçada de crédito e riscos SAC, subsidiada por *Rating* ESG e parecer técnico da área de Riscos Social, Ambiental e Climático, além de relatórios de segunda e terceira linhas de defesa relacionados aos riscos SAC, entre outros;
- **Anualmente** - Revisão do Apetite a Risco no contexto de aprovação anual da RAS, contemplando o escopo dos riscos social, ambiental e climático; revisão do Relatório ICAAP (Processo Interno de Avaliação da Adequação do Capital), contemplando a governança, metodologia e monitoramento da gestão dos riscos SAC (incluindo o Teste de Estresse Climático); Relatório GRSAC e revisão das Políticas Internas relacionadas ao tema.

A reavaliação da PRSAC é realizada no mínimo a cada três anos, ou na ocorrência de eventos considerados relevantes pelo banco BV, conforme definido na Resolução CMN nº 4945/2021.

- d)** Descrição dos critérios utilizados pelo CA e, na ausência deste, pela diretoria para assegurar a consideração do risco social, do risco ambiental e do risco climático, quando relevantes, nos processos de aprovação e revisão:

• Dos níveis de apetite por riscos da Instituição

A governança e metodologia de definição e acompanhamento do Apetite a Riscos da Instituição é segmentada em duas frentes: (i) qualitativa, incorporando políticas e “statements” que reforçam a posição do Conselho de Administração quanto ao seu Apetite a Riscos; e (ii) quantitativa, incorporando *dashboard* com indicadores e limites para diferentes riscos (como os riscos social, ambiental e climático), com a sua devida governança de reporte, monitoramento e tratamento de possíveis casos de extrapolações. O Apetite a Riscos como um todo (qualitativo e quantitativo) é definido/aprovado no mínimo anualmente e o aspecto quantitativo é monitorado mensalmente pelo Conselho de Administração e pelo Comitê de Riscos e Capital, enquanto comitê de assessoramento ao Conselho.

No que tange ao Apetite a Risco qualitativo dos riscos social, ambiental e climático, a Instituição possui:

- Políticas e normativos que definem alçadas específicas de aprovações de crédito, tendo o *Rating ESG* (avaliação estruturada realizada de forma independente pelas áreas de Riscos Social, Ambiental e Climático e Crédito Atacado para clientes do segmento Atacado) como parâmetro de definição desta alçada;
- Política contendo lista de atividades proibidas (impedidas de operar) e setores restritos (com requisitos e/ou limites específicos, com atuação focada em incentivar a migração para uma economia de baixo carbono e/ou de maior responsabilidade social corporativa e ambiental); e
- Posicionamento específico referente aos riscos social, ambiental e climático na declaração qualitativa do Apetite a Riscos.

No que tange ao Apetite a Riscos quantitativo dos riscos social, ambiental e climático, a Instituição possui:

- Indicador específico de riscos social, ambiental e climático, com respectivo limite e governança de reporte no *dashboard* de indicadores do Apetite a Riscos.

Além do dashboard, as aprovações de crédito submetidas ao CA contêm a informação do *Rating ESG* dos clientes do Atacado, score que reflete os riscos associados à temática ESG no relacionamento com clientes, bem como o comprometimento e a estratégia dos clientes no gerenciamento das mudanças climáticas e de seus impactos ambientais e so-

ciais, e das limitações das suas atividades de negócios que possam resultar em uma mudança significativa nas visões das partes interessadas.

A devida diligência mencionada acima é parte dos processos de gestão de riscos social, ambiental e climático. Adicionalmente, há aplicação de proibição ao relacionamento, com pessoas físicas ou jurídicas, que comprovadamente estejam envolvidas com trabalho análogo à escravidão, utilização de mão de obra infantil e/ou exploração criminosa da prostituição. Para além dessas e, especificamente, para pessoas jurídicas, a Instituição definiu a relação de setores econômicos e atividades para as quais há proibição de operar (proibidas) ou cuja operação apresenta restrições (com requisitos e/ou limites específicos) em função dos aspectos sociais, ambientais e climáticos.

- **Setores Restritos:** setores e atividades de maior risco potencial, que apesar de não serem proibidos, possuem diligência específica e robusta dos impactos ambientais, sociais e climáticos. Nessa relação constam atividades específicas integrantes dos setores de Agronegócio, Energia, Mineração, Petróleo e Gás, Pesca e Tabaco.

- **Atividades Proibidas:** setores e atividades com os quais o banco BV não opera por contrariarem os princípios e valores da Instituição nas temáticas sociais, ambientais e climáticas (agenda ESG) e/ou em razão da existência de impedimentos legais. Dentre elas, jogos de azar ou especulativos não regulamentados ou armas e munições.

Essas relações basearam-se nas melhores práticas globais e no Apetite a Riscos da Instituição, alinhados aos seus compromissos públicos.

• Das políticas, estratégias e limites de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital

Os critérios utilizados pelo CA para as aprovações e revisões de políticas, estratégias e limites seguem as diretrizes e princípios do Apetite a Riscos da Instituição descritos no item anterior, bem como o planejamento estratégico do Banco para o período.

É válido complementar que os temas relacionados ao gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático são conduzidos principalmente pela área de Riscos Social, Ambiental e Climático e são submetidos ao Diretor Executivo de Riscos (CRO), bem como aos fóruns de Riscos (CCR e CRC), sendo que estudos e análises adicionais podem subsidiar o processo de aprovação de políticas, estratégias e limites de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital, de forma integrada ao Apetite de Riscos e ao Processo Interno de Avaliação da Adequação do Capital (ICAAP).

• Do programa de testes de estresse

O objetivo do Teste de Estresse Integrado é avaliar o nível de solvência da Instituição em cenários adversos e plausíveis por meio da análise do capital regulatório para o horizonte temporal de três anos. Esta avaliação abrange a aplicação de cenários em situação de estresse por meio de modelos satélites e com seus respectivos impactos no Balanço e Demonstrativo de Resultados no Exercício (DRE) e, conseqüentemente, no Patrimônio de Referência (capital disponível) e nas parcelas de riscos (capital exigido). O portfólio da Instituição sensibilizado no teste envolve quase a totalidade de produtos e serviços disponíveis para os diversos segmentos de atuação.

A estrutura do Teste de Estresse Integrado abrange as etapas de definição de cenários, modelos satélites incorporando as relações do cenário macroeconômico em risco de crédito, mercado e operacional, apuração dos impactos no balanço, DRE e capital e seu uso na gestão. Ademais, também são realizadas análises complementares como análises retrospectivas das variações e análises de sensibilidade do Índice de Basileia, além de análises específicas de risco de mercado e liquidez e teste de estresse climático.

O Teste de Estresse Climático é uma ferramenta valiosa para avaliar a resiliência da Instituição em cenários que considerem hipóteses de mudanças em padrões climáticos e de transição para uma economia de baixo carbono. Os cenários exploram conjunto de diferentes suposições sobre como as políticas climáticas, as emissões, as temperaturas e os impactos dos riscos físicos evoluem. Apesar da análise de cenários ainda estar em estágio inicial, o banco BV fez progressos significativos nos últimos anos com o desenvolvimento e integração de ferramentas e metodologias para incluir a análise climática ao seu Teste de Estresse Integrado.

O Teste de Estresse Climático é realizado pelo menos uma vez por ano em horizontes de médio e longo prazos e abrange tanto riscos de transição como riscos físicos. Considerando esse contexto, o banco BV realiza o Teste de Estresse Climático desde 2022, utilizando os cenários provenientes do NGFS (*Network for Greening the Financial System*) que constituem um conjunto de variáveis relacionadas ao clima e macrofinanceiras disponíveis para as diferentes conjunturas e localidades.

O exercício e seus resultados fazem parte das informações contidas no ICAAP (Processo Interno de Avaliação da Adequação do Capital), avaliadas e reportadas para a Alta Administração, contemplando o CRO, os comitês de riscos (Comitê de Controles e Riscos (CCR) e Comitê de Riscos e Capital (CRC) e o Conselho de Administração (CA), assegurando a adequada consideração dos riscos social, ambiental e climático na aprovação e revisão do teste de estresse.

• Da política de gestão de crise e continuidade de negócios

A área Gestão de Crise e Continuidade de Negócios do banco BV tem como missão assegurar a disponibilidade dos processos críticos, desenvolvendo estratégias de continuidade e fortalecendo sinergias de maneira coordenada e tempestiva diante das adversidades, acompanhando eventos críticos e preparando o Conglomerado para responder às crises materializadas de maneira a preservar vidas, minimizar os impactos de imagem e reputacionais, perdas financeiras e impactos operacionais e regulatórios, valorizando o compromisso com acionistas, clientes, colaboradores, fornecedores, reguladores e sociedade.

Cabe destacar que, em 2025, após o confronto ocorrido no Rio de Janeiro, foi realizado o complemento do vetor de crise para eventos climáticos, ambientais e sociais no que tange o impacto sobre pessoas em regiões de conflito. Ainda, a área Gestão de Crise e Continuidade de Negócios monitorou através de seu *dashboard* de eventos e alertas relacionados aos aspectos de continuidade de negócios e crises.

• Do plano de contingência de liquidez

O Plano de Contingência de Liquidez (PCL) é revisado e deliberado anualmente no Conselho de Administração.

Entre as análises realizadas na definição e aprovação do PCL, destaca-se a avaliação de possíveis eventos de riscos social, ambiental e climático que possam impossibilitar algumas ações contidas no PCL. Para data-base do presente relatório, foram avaliadas as ações contidas no PCL pela área de Riscos Social, Ambiental e Climático, sendo que não há exposição material aos riscos social, ambiental e climático que impossibilitaria o acionamento do PCL.

• Do plano de capital e do plano de contingência de capital

O Plano de Capital, conforme definido na Resolução nº 4.557 do CMN, abrange em seu escopo as metas da Instituição, as projeções de capital, as principais fontes de capital e o plano de contingência de capital. A elaboração deste Plano de Capital considera, no mínimo, a avaliação de ameaças e oportunidades do ambiente econômico e de negócios; metas de crescimento; projeções de receitas e despesas e de ativos e passivos relevantes ao cálculo de capital; política de distribuição de resultados; e os riscos aos quais a Instituição está exposta, sendo os riscos social, ambiental e climático um destes riscos.

O planejamento de capital é parte do processo orçamentário. As projeções de capital devem refletir as metas e estratégias do Banco e são utilizadas como insumo para monitoramento de limites, testes de estresse e simulações de cenários estratégicos. Dentro do planejamento estratégico, aprovado anualmente pelo Conselho de Administração, e dentro da contribuição orçamentária, são previstos limites setoriais a serem cumpridos, além da produção de carteira ESG. Além disso, os riscos social, ambiental e climático são considerados no processo de concessão de crédito e nas fontes de captação e, dessa forma, influenciam também no Plano de Capital. Eventos relevantes não recorrentes também podem ativar a necessidade de análises específicas para verificar o impacto no Plano de Capital.

É válido destacar que o Conselho de Administração é o responsável pela aprovação do Processo Interno de Avaliação da Adequação do Capital (ICAAP), o qual também contempla os riscos social, ambiental e climático.

Para data-base do presente relatório, foram avaliadas as ações contidas no Plano de Contingência de Capital, sendo que não há exposição material a riscos SAC que impossibilitaria o seu acionamento.

• Da política de remuneração

O desenho do programa de remuneração é pautado em métricas e indicadores de resultado que levam em consideração os critérios e níveis de tolerância a risco definidos e aprovados pelo Comitê de Remuneração e Conselho de Administração, incluindo os riscos social, ambiental e climático, conforme descrito nos itens anteriores.

Informações adicionais com respeito à remuneração podem ser consultadas no Relatório Gerenciamento de Riscos e Capital do banco BV disponível no website www.bancobv.com.br/ri.

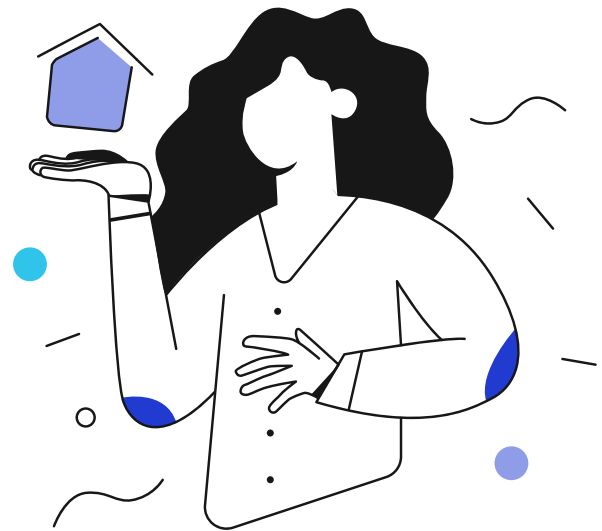
e) Formas de monitoramento pelo CA e, na ausência deste, pela diretoria dos objetivos estratégicos e, se aplicável, das metas da Instituição relacionados a aspectos sociais, ambientais e climáticos.

O Conselho de Administração (CA) é responsável por garantir que altos padrões de negócios responsáveis sejam mantidos e que uma estrutura de controle eficaz esteja em vigor. O CA, assessorado pelo Comitê ASG, analisa as prioridades de sustentabilidade e supervisiona o desenvolvimento e o cumprimento de compromissos públicos e objetivos estratégicos relativos aos aspectos sociais, ambientais e climáticos.

Ademais, em maio de 2021 foi divulgado o “Pacto para um futuro mais leve” do banco BV, em que foram assumidos compromissos públicos em ações ESG a serem atingidos até 2030, que são:

- Compensar 100% das emissões de GEE (gases de efeito estufa) diretas;
- Efetuar 100% da compensação de CO₂ do nosso principal negócio, o financiamento de veículos usados;
- Attingir 50% de cargos de liderança ocupados por pessoas que se identifiquem com o gênero feminino;
- Garantir a participação de 35% de negros no quadro de colaboradores; e
- Financiar e distribuir R\$ 80 bilhões para negócios ESG.

Esses compromissos desdobram-se em metas internas com indicadores quantitativos e qualitativos que são acompanhados mensalmente pela Diretoria Executiva e reportados ao CA.





2

EST

Estratégias utilizadas no tratamento do risco social, do risco ambiental e do risco climático

a) Identificação dos eventos de risco social, de risco ambiental e de risco climático que geram possibilidade de perdas relevantes para a Instituição em diferentes horizontes de tempo.

- Dividir, quando possível, em (a.1) para os eventos de risco social, (a.2) para os eventos de risco ambiental e (a.3) para os eventos de risco climático, em suas vertentes de risco climático físico e de risco climático de transição;
- Indicar percentualmente as perdas da carteira de crédito e demais atividades de intermediação financeira, considerando o setor econômico, a região geográfica e o prazo médio das exposições;
- Indicar os critérios adotados para definir as diferentes regiões geográficas e os critérios temporais adotados para definir os diferentes horizontes (curto, médio e longo prazos); e
- Indicar as respectivas fontes de informação no processo de identificação dos eventos de risco.

Considerando a definição de materialidade apresentada na Introdução, a principal origem de possíveis perdas para o banco BV está no relacionamento com clientes ou com os colaboradores/funcionários do próprio Banco.

Sobre a estratégia de identificação de eventos sociais, ambientais e climáticos no relacionamento com clientes, o banco BV possui metodologias, políticas e diretrizes que descrevem (i) padrões mínimos ambientais e sociais esperados; (ii) atividades e setores cujos impactos ambientais podem incluir poluição do ar ou da água, contribuição para a mudança climática, desmatamento, degradação de ecossistemas e perda de biodiversidade; (iii) atividades e setores cujos impactos sociais podem estar relacionados a danos à saúde e segurança dos trabalhadores e contratados, ou de comunidades adjacentes às operações de um cliente, bem como a violação dos direitos humanos, os quais podem resultar em objeção ao relacionamento.

O banco BV entende que para uma maior robustez na identificação dos riscos, além da avaliação dos riscos intrínsecos às atividades e aos setores (que podem indicar maior ou menor risco potencial), a estratégia de identificação de riscos deve contemplar avaliações específicas dos clientes (principalmente para clientes do segmento Atacado), compreendendo o seu comportamento, gestão sobre o tema, eventos passados e em andamento, entre outros.

Sobre o relacionamento com colaboradores/funcionários do próprio banco BV, a estratégia de identificação de riscos é focada nos eventos sociais.

Os possíveis eventos de riscos social, ambiental e climático mapeados para avaliação, mensuração, mitigação e gestão são:

a.1) Eventos de risco social



1. Assédio e discriminação;
2. Financiamento a empresas ligadas ao trabalho infantil e/ou escravo;
3. Problemas com saúde e segurança da comunidade interna;
4. Atuação junto a setores controversos e potencialmente danosos à sociedade;
5. Vazamento de dados pessoais dos clientes;
6. Desastres ambientais que gerem danos às populações no entorno; e
7. Empreendimentos que causem danos ao patrimônio público, cultural e histórico.

a.2) Eventos de risco ambiental



1. Uso excessivo de recursos naturais levando à escassez disruptiva das cadeias de valor;
2. Desastres resultantes da ação humana (ex: rompimento de barragens);
3. Empreendimentos que causem danos à flora e/ou fauna;
4. Empreendimentos que causem poluição irregular do ar;
5. Empreendimentos que causem poluição irregular dos recursos hídricos;
6. Empreendimentos que causem poluição irregular do solo;
7. Empreendimentos de exercício irregular da atividade de mineração;
8. Empreendimentos que causem destruição ambiental em larga escala; e
9. Atos ou atividades que, ainda que regulares, resultam em danos reputacionais.

a.3) Eventos de risco climático



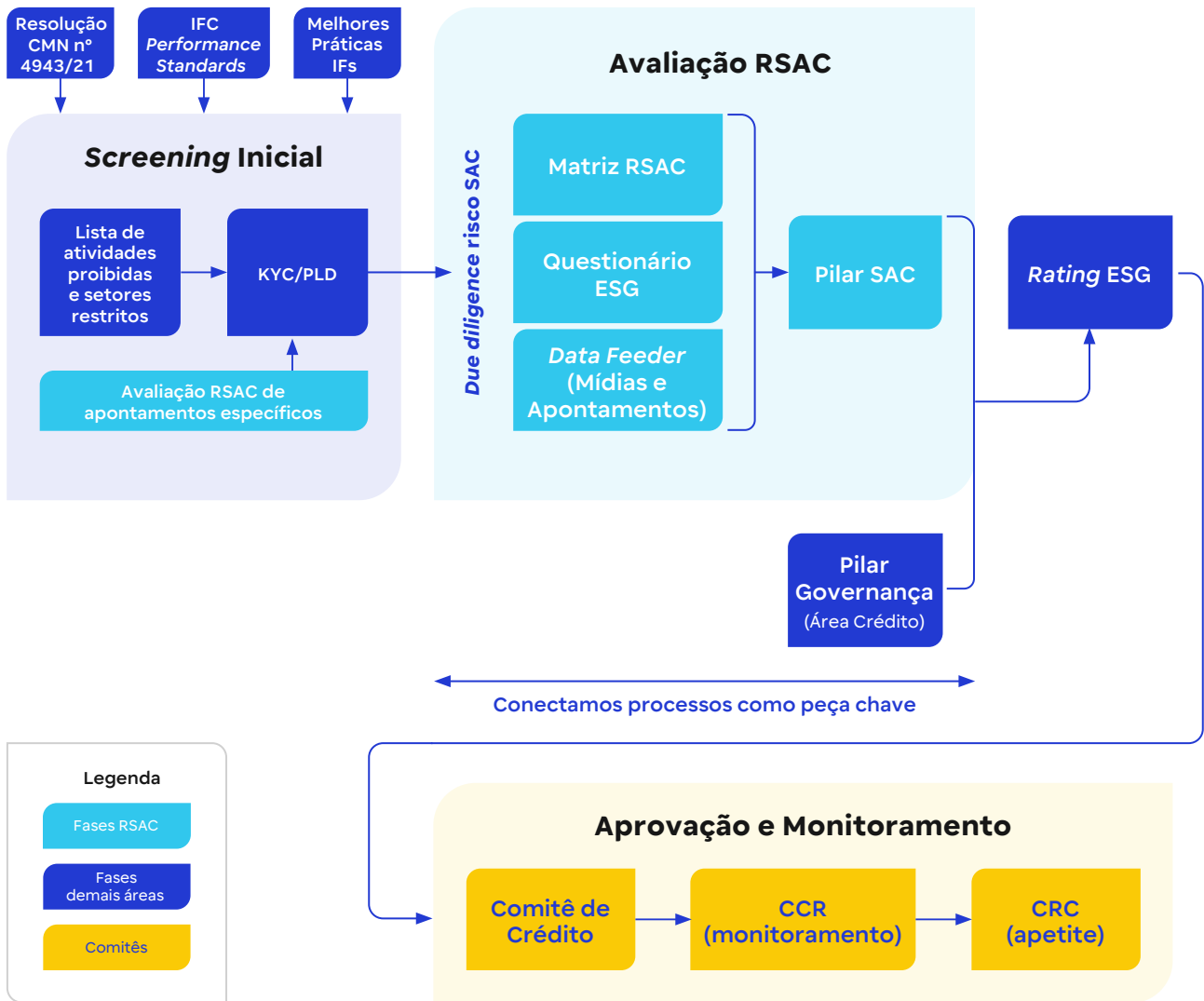
1. Mudanças legais relativas às empresas com maiores emissões de GEE;
2. Mudanças tecnológicas que tornem as atuais tecnologias obsoletas e/ou muito caras;
3. Mudanças de mercado decorrentes de uma nova consciência do consumidor relativa à emissão de GEE por parte das empresas; e
4. Eventos associados a condições ambientais extremas como secas, inundações, enchentes, tempestades, geadas, incêndios florestais etc.

Os eventos de riscos social, ambiental e climático podem ter impactos financeiros, legais e reputacionais para os clientes e, conseqüentemente, para o banco BV. Em caso de incidentes, os clientes podem enfrentar sanções de reguladores, protestos de comunidades locais, disputas legais e custos de remediação. Para uma instituição financeira, tais problemas podem materializar-se na forma de perdas de crédito, deterioração das avaliações e garantias dos clientes, danos à reputação e impactos adversos nas relações com stakeholders. Considerando essas questões e dadas as características do segmento do Atacado, a estratégia de identificação de riscos social, ambiental e climático possui metodologia específica, tendo como pilar a avaliação dos clientes por meio de *Rating* ESG.

O modelo do *Rating* ESG (modelo proprietário que avalia as contrapartes do segmento do Atacado) pondera aspectos nas dimensões social, ambiental, climática, governança corporativa e governança em sustentabilidade, com o objetivo de identificar, avaliar e mensurar os riscos ESG incorridos pelo banco BV a partir do relacionamento com clientes. Adicionalmente, o modelo desenvolvido possui uma ponderação de impacto positivo, avaliado a partir do Questionário ESG (questões levantadas junto aos clientes sobre os temas ESG) e/ou pesquisas realizadas pela equipe técnica de gestão de riscos.

Sumariamente, a estratégia de identificação dos riscos no relacionamento de clientes do segmento Atacado, e conseqüentemente, o processo de análise dos riscos social, ambiental e climático considera:

- Matriz de Riscos Social, Ambiental e Climático, que determina o potencial de impacto social, ambiental e a exposição às mudanças climáticas inerentes ao setor de atividade da contraparte. Os critérios para definição dos mencionados riscos contemplam referências nacionais e internacionais, como as diretrizes ambientais e sociais específicas por setor industrial, desenvolvidas pela International Finance Corporation (IFC), registros de autuações, acidentes e trabalho escravo e/ou infantil no Brasil, as estimativas de emissões brasileiras, a Taxonomia Verde da Febraban e a existência de regulações e acordos setoriais específicos;
- Eventuais apontamentos em bases públicas como sites, órgãos de regulação e processuais, além de notícias veiculadas em canais de mídias digitais, na temática SAC, relacionadas às contrapartes mediante o emprego de plataforma para mineração de dados que são possíveis indicativos de riscos. As principais fontes públicas de informação são: “Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo” do MTE; autuações ambientais e relação de áreas embargadas do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis); embargos no ICMBIO (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade) e órgãos estaduais (quando disponível) e cadastros públicos de áreas contaminadas;
- Questionário ESG preenchido pelo cliente com informações autodeclaratórias, as quais são consideradas para análise de eventuais riscos e avaliação do grau de estruturação, consistência e coerência da gestão social, ambiental e climática da empresa, considerando suas características operacionais e seu alinhamento às melhores práticas corporativas.



Para avaliações que envolvam a destinação específica de recursos (como beneficiamento de áreas ou projetos) ou caso a equipe técnica julgue necessário, são realizadas análises georreferenciadas para verificação de sobreposição com áreas protegidas e/ou de elevada sensibilidade socioambiental. Nesse caso, utiliza-se, principalmente, dados provenientes da Funai (Fundação Nacional dos Povos Indígenas), Fundação Cultural Palmares, ICMBio e IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

No que se refere às questões climáticas, a Instituição define as regiões geográficas consideradas na avaliação dos riscos climáticos físicos com base na localização das unidades operacionais dos clientes, conforme informações declaradas no Questionário ESG. Os clientes informam, por meio de CEP, a localização de até três unidades de maior relevância operacional, as quais constituem o critério de delimitação geográfica para a análise.

Dessa forma, a avaliação contempla todas as regiões geográficas reportadas pelos clientes que sejam elegíveis à verificação em ferramenta especializada contratada, permitindo a captura de riscos físicos de forma granular. A Instituição não utiliza recortes geográficos pré-definidos (como estados ou biomas), mas sim a localização específica das operações dos clientes, garantindo maior aderência à materialidade do risco climático físico.

Ainda, por meio da ferramenta contratada, a avaliação dos riscos climáticos físicos considera a aplicação de cenários climáticos desenvolvidos pelo *Intergovernmental Panel on Climate Change* (IPCC), que incorporam distintas trajetórias de emissões de gases de efeito estufa (SSP1-2.6, SSP2-4.5 e SSP3-7.0). Esses cenários permitem a análise da evolução dos riscos ao longo do tempo, abrangendo projeções de curto, médio e longo prazos, com janelas temporais que se estendem de 2030 a 2100.

Para fins de incorporação dos resultados ao processo regular de avaliação de riscos da Instituição, o horizonte de curto prazo, representado pelo ano de 2030, é utilizado como referência principal, por refletir o cenário mais próximo do contexto atual de gestão de risco e tomada de decisão. Os horizontes de médio e longo prazos são utilizados de forma complementar, com o objetivo de capturar tendências estruturais de intensificação dos eventos climáticos e apoiar análises prospectivas e discussões estratégicas.

Como resultado, a ferramenta fornece, para cada ameaça climática analisada, estimativas de probabilidade de ocorrência, classificação de impactos potenciais e scores de risco, organizados em matrizes de risco climático físico. As ameaças consideradas incluem, alterações nos padrões de ventos, tempestades, deslizamentos, ondas de calor, inundações, secas e incêndios florestais.

A composição final da avaliação dos riscos climáticos dos clientes também incorpora as respostas fornecidas no Questionário ESG, especialmente aquelas relacionadas à exposição, sensibilidade e capacidade de resposta a riscos físicos e de transição, permitindo visão integrada e proporcional do risco. Já no âmbito do exercício do teste de estresse, o cenário escolhido foi avaliado em um horizonte de três anos. Em complemento, o cenário foi aplicado em um horizonte temporal até 2050, para a identificação do resultado mais extremo.

No contexto da autorregulação normativa SARB nº 014/2014, que formaliza diretrizes e procedimentos fundamentais para a implementação da PRSAC, a Instituição utiliza os critérios mínimos determinados pelo documento para identificação de perdas relacionadas aos riscos social, ambiental e climático. Considerando os riscos geridos pelo banco BV e levando em consideração as ocorrências apuradas, é possível afirmar que para o ano de 2025 não houve perda material decorrente de eventos de riscos social, ambiental e climático.

b) Identificação de concentrações significativas dos riscos mencionados no item (a) nas exposições de crédito da Instituição, observado o disposto no art. 38-D, inciso V, da Resolução nº 4.557, de 2017.

Conforme descrito no item anterior, a Instituição possui governança, processo e metodologia de avaliação e classificação dos riscos social, ambiental e climático dos seus clientes, sendo que, dadas as características do segmento do Atacado, utiliza-se metodologia específica por meio do *Rating* ESG. O *Rating* ESG tem nota de 1 a 10, sendo que casos com notas iguais a 1 são vetados pela própria área de Riscos Social, Ambiental e Climático (independentemente da avaliação do risco de crédito e da rentabilidade das operações) e a concentração de exposição em clientes com notas entre 2 e 5 é limitada e monitorada mensalmente por meio de indicador contido no *dashboard* de indicadores do *Apetite a Riscos*, com reporte mensal ao Conselho de Administração.

Adicionalmente, alguns setores/atividades, classificados com maior potencial de riscos social, ambiental ou climático, possuem monitoramentos e limites de concentração específicos (também presentes no *dashboard* de indicadores do Apetite a Riscos).

Além disso, a área de Riscos Social, Ambiental e Climático realiza, de forma pontual, análises “*ad-hoc*” da carteira, contemplando visões adicionais de potenciais concentrações de riscos.

Para a data-base deste relatório, não há concentração significativa em riscos materiais conforme metodologia mencionada acima.

c) Descrição de como os eventos mencionados no item (a) são considerados nos negócios, nas estratégias e no gerenciamento de capital da Instituição, detalhando o horizonte de tempo considerado e os critérios adotados na priorização dos riscos avaliados.



A metodologia e governança da gestão dos riscos social, ambiental e climático afetam diretamente os negócios, as estratégias e o gerenciamento de capital de diversas maneiras, alinhada às características de cada segmento de negócio.

Segmento do Atacado:

- O score final do *Rating* ESG é considerado como uma das variáveis do *rating* de crédito do Atacado;
- O score final do *Rating* ESG pode definir a alçada de aprovação de crédito, independentemente dos parâmetros de risco de crédito e rentabilidade esperada;
- A área de Riscos Social, Ambiental e Climático possui autonomia para vetar operações/relacionamentos com clientes e solicitar informações adicionais necessárias para a avaliação de riscos;
- O *dashboard* de indicadores do Apetite a Risco possui limites específicos relacionados ao tema social, ambiental e climático;
- A aprovação do aceite e recebimento de garantias passa por análise específica da área de Riscos Social, Ambiental e Climático;
- Existência de política contendo lista de setores restritos e atividades proibidas, contemplando o risco social, o risco ambiental e o risco climático; e
- Realização do Teste de Estresse Climático com seu respectivo efeito no capital, incorporando o Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP).

Segmento do Varejo:

- Existência de política contendo listas de atividades proibidas, contemplando o aspecto social, dada a sua característica de carteira massificada. Essa relação é utilizada tanto na restrição para o início do relacionamento quanto para monitoramento e atuação no cancelamento de produtos em andamento, conforme aplicável.

Institucional/Corporativo:

- Políticas e processos de gestão de pessoas estruturadas, em conformidade com a legislação trabalhista e previdenciária e com foco no adequado tratamento dos colaboradores(as) e liderança, repudiando e combatendo toda atitude e/ou comportamento que viole os direitos humanos, como assédio, discriminação, preconceito, capacitismo, homofobia, misoginia, racismo, etarismo, xenofobia, violência, intolerância religiosa, piadas e/ou brincadeiras com base em qualquer outro atributo físico, pessoal, cultural e/ou social da pessoa.

d) Descrição das hipóteses de mudanças em padrões climáticos e de transição para uma economia de baixo carbono utilizadas na realização de análises de cenários, no âmbito do programa de testes de estresse de que trata o art. 7º, inciso VII, da Resolução nº 4.557, de 2017.



O banco BV realiza Teste de Estresse Climático com objetivo de avaliar a capacidade de solvência da Instituição por meio da análise dos impactos de diferentes cenários climáticos sobre o capital regulatório. Para tal, foram consideradas as variáveis macroeconômicas estimadas pelo estudo do NGFS (*Network for Greening the Financial System*), a partir do modelo NiGEM (*National Institute Global Econometric Model*), exclusivamente para o cenário *Delayed Transition* (Desordenado), dado o contexto global atual que carece de metas climáticas ambiciosas e ações imediatas e decisivas, além de representar um choque, considerando que políticas fortes são implementadas repentinamente e de forma desordenada, estando alinhado a tipos de evento para o qual a gestão de risco diligente deve se preparar. A escolha do cenário climático utilizado no exercício do Teste de Estresse Climático foi realizada a partir de estudos técnicos com foco em maior objetividade e eficiência, preservando a robustez metodológica e incorporando os aprendizados acumulados ao longo dos exercícios anteriores.

A análise dos resultados obtidos nesses exercícios indicou que os diferentes cenários utilizados apresentaram impactos macroeconômicos e efeitos sobre o capital com baixa diferenciação entre si, inclusive em cenários que, por premissa, incorporam maiores ris-

cos físicos e de transição. Diante desse contexto, optou-se, no exercício corrente, pela utilização de um cenário climático exclusivo, sem prejuízo à consistência e à integridade da análise.

O cenário escolhido, *Delayed Transition*, pressupõe que nenhuma política climática adicional seja implementada até 2030. A partir de então, passam a ser necessárias políticas rigorosas para limitar o aquecimento global a menos de 2 °C. As emissões negativas são limitadas.

Esse cenário faz parte dos cenários desordenados do NGFS, que exploram riscos de transição mais elevados em função do atraso na implementação de políticas ou da divergência dessas políticas entre países e setores. Por exemplo, os preços do carbono tendem a ser mais altos para um determinado resultado de temperatura.



Considerando o cenário escolhido, o exercício de teste de estresse incorpora tanto o risco físico quanto o de transição, sendo caracterizado principalmente por um choque de transição. Ressalta-se, contudo, que o risco físico é avaliado, com o apoio de ferramenta especializada, que contempla cenários climáticos atualizados e horizonte temporal até 2100. Os resultados desses estudos subsidiam os processos de identificação, monitoramento e gerenciamento do risco climático da Instituição.

Ainda, o banco BV continuará a realizar estudos aprofundados sobre cenários climáticos ao longo do ano, com vistas ao aprimoramento contínuo das análises e à divulgação de informações no âmbito do Pronunciamento Técnico CBPS 02.

e) Descrição da capacidade de adaptação da Instituição, considerando as hipóteses mencionadas no item (d).

No cenário analisado pelo Teste de Estresse Climático para a data-base do presente relatório, a Instituição apresenta suficiência de capital.



3

GER

Processos do gerenciamento do risco social, do risco ambiental e do risco climático

a) Descrição do processo de identificação, mensuração e avaliação do risco social, do risco ambiental e do risco climático.

O banco BV dispõe de uma estrutura de gerenciamento de riscos SAC para a adequada identificação, classificação, avaliação, monitoramento, mitigação e controle desses riscos em seus negócios, principalmente por meio de metodologias proprietárias de análise e monitoramento SAC como parte do processo de tomada de decisão de crédito para clientes, projetos e garantias imobiliárias, bem como fornecedores, investidas, fontes de captação de recursos e novos produtos e serviços. Cabe ressaltar que os processos descritos são realizados pela área de Riscos Social, Ambiental e Climático (composta por uma equipe técnica especializada no tema), e consistem em avaliar os riscos social, ambiental e climático incorridos pela Instituição do relacionamento com (i) clientes; (ii) fornecedores e parceiros; e (iii) relacionamento com entidades controladas. Dessa forma, a tomada de decisão do banco BV – desde a concessão de crédito, aprovação de cláusula, formalização de garantia, aprovação de fornecedores, decisões de investimento, entre outros – é subsidiada pela avaliação técnica dos aspectos sociais, ambientais e climáticos com os quais esses agentes estejam envolvidos. Apesar da condução do tema estar na área de riscos, outras áreas também são envolvidas e possuem atribuições específicas, conforme apresentado na tabela de Governança.

A Instituição também é signatária dos Princípios do Equador desde 2016, sendo o 5º banco brasileiro a aderir a esse compromisso voluntário. Com base nas Políticas e Padrões de Desempenho da IFC sobre Sustentabilidade Socioambiental e das Diretrizes do Banco Mundial sobre Meio Ambiente, Saúde e Segurança, os Princípios do Equador foram desenvolvidos para apoiar os bancos a identificar e gerenciar riscos socioambientais associados com o financiamento direto de grandes projetos de infraestrutura, como barragens, minas e oleodutos. Esses princípios estabeleceram uma referência internacional para o financiamento responsável. Como signatários dos Princípios do Equador, a Instituição implantou políticas, procedimentos e padrões internos, que asseguram a adequada avaliação e gestão dos riscos sociais, ambientais e climáticos em projeto, apoiando a tomada de decisão de crédito.

Por fim, a PRSAC tem direcionado a Instituição para um desenvolvimento sustentável desde 2014. Essa política estabelece diretrizes que orientam a condução dos negócios, as relações com as partes interessadas e a própria operação do Banco. Os principais objetivos são garantir relações trabalhistas adequadas em toda a cadeia de valor do banco BV

e fomentar impacto positivo ao meio ambiente e à sociedade, em linha com os pilares de atuação de Sustentabilidade.

Internamente, são realizadas ações para reduzir, neutralizar e/ou compensar o impacto ambiental negativo, incluindo a compensação das emissões diretas e indiretas de carbono (consumo de energia), bem como a compensação das emissões de carbono de toda a frota de veículos financiados. Além disso, a Instituição busca promover a eficiência no consumo de energia e recursos naturais, além de adotar uma gestão adequada de resíduos.

Em relação à diversidade e inclusão, a Instituição está empenhada em garantir a representatividade de todos os grupos sub-representados em seu quadro de colaboradores, inclusive em cargos de liderança. Para isso, são realizadas ações de engajamento contínuo, incluindo a criação do Fórum de Diversidade e grupos de afinidade, como o Grupo Raízes, BV com Elas, BV Fora do Armário, BV Além da Cota, e Conexões Geracionais, que se dedicam a promover e aprofundar a temática da diversidade na Instituição.

b) Descrição dos critérios utilizados para a classificação das exposições quanto ao risco social, ao risco ambiental e ao risco climático, considerando o setor econômico, a região geográfica e o prazo médio das exposições.

Considerando a definição de materialidade apresentada na Introdução, a principal classificação das exposições é realizada no contexto do relacionamento com clientes, com maior foco no segmento Atacado, uma vez que no segmento Varejo, o processo de *onboarding* garante a mitigação de relacionamento com clientes de maior classificação de risco.

No processo de concessão de crédito do Atacado (Corporate e Large Corporate), o modelo do *Rating* ESG pondera aspectos nas dimensões social, ambiental, climática, governança corporativa e governança em sustentabilidade, com o objetivo de identificar, avaliar e mensurar os riscos ESG incorridos pelo banco BV na relação comercial com clientes. No que se refere às dimensões do modelo:



A **dimensão ambiental** foca em questões como legislação ambiental, desmatamento, poluição do ar e da água, perda de biodiversidade, gestão de recursos e geração de resíduos;



A **dimensão mudanças climáticas** avalia os esforços da empresa em termos de eficiência energética, emissões de gases de efeito estufa e impacto dos riscos físicos e de transição nos negócios;



A **dimensão social** inclui aspectos relacionados a políticas de gênero, proteção dos direitos humanos, normas trabalhistas e segurança do trabalho;



A **dimensão de governança** está relacionada a aspectos como transparência, administração/gestão, gestão financeira e setor de atuação; e



A **dimensão de governança em sustentabilidade** avalia em que medida a empresa possui uma gestão ESG estruturada, consistente, coerente com suas características operacionais e alinhada com as melhores práticas corporativas.

Adicionalmente, o modelo desenvolvido possui uma dimensão de impacto positivo que além de considerar a governança em sustentabilidade mencionada acima, identifica compromissos nos pilares ambiental, social e de mudanças climáticas, com o objetivo de avaliar as melhores práticas adotadas pelas contrapartes na condução dos seus negócios e possibilitar uma melhora no *Rating* ESG.

Especificamente no que se refere às questões climáticas, e conforme já explicitado, a nova ferramenta contratada pela Instituição possibilita a avaliação dos riscos climáticos locais dos clientes a partir da informação de localização de até três unidades de maior relevância do cliente, setor da atividade e da aplicação de cenários climáticos prospectivos reconhecidos internacionalmente para diferentes horizontes temporais. Os resultados permitem a avaliação dos riscos climáticos ao longo da vigência do limite do cliente, que incorpora todo o prazo da operação.

Para clientes enquadrados como Pequenas e Médias Empresas (PMEs), a avaliação de riscos social, ambiental e climático também contempla a avaliação e emissão do *Rating* ESG, porém de forma adequada às características, porte e materialidade deste segmento. Já a avaliação dos clientes pessoa física (PF) do segmento varejo é realizada por meio de políticas de listas de atividades proibidas, dada a sua característica de carteira massificada. Já o processo de monitoramento dos clientes do segmento Atacado conta com a identificação tempestiva de mídias relacionadas aos aspectos sociais, ambientais e climáticos realizada internamente e com o suporte complementar de fornecedor externo, com o objetivo de i. atualizar tempestivamente a avaliação e, conseqüentemente, o *Rating* ESG, não necessariamente aguardando o momento do vencimento do score; e ii. permitir a análise de tendências e ações do cliente.

Vale destacar três evoluções ao longo de 2025 que também apoiam a avaliação de riscos social, ambiental e climático e auxiliam na tomada de decisão para aprovação de crédito e formalização de operação:

1. Uso de Ferramenta Específica para Análise de Riscos Social, Ambiental e Climático em Operação de Crédito Rural e CPR

Uso de ferramenta específica, desenvolvida por empresa especializada em diagnósticos e análises socioambientais, com o objetivo de conferir maior celeridade, padronização e confiabilidade ao processo de análise da regularidade socioambiental de imóveis rurais vinculados a operações de Crédito Rural.

A ferramenta permite a identificação, categorização e consolidação das informações socioambientais do imóvel rural a partir do número do CAR – Cadastro Ambiental Rural, incluindo não apenas a análise de intersecção e proximidade com bases públicas de riscos, mas também a verificação da condição e da situação cadastral do CAR do imóvel em análise.

Por meio da integração com bases públicas oficiais, a solução avalia a existência de sobreposição ou proximidade com áreas e registros que possam caracterizar impedimentos socioambientais, tais como embargos do IBAMA, Terras Indígenas, áreas Quilombolas, Unidades de Conservação, entre outras bases públicas de apoio, previstas no Manual de Crédito Rural (MCR) do Banco Central do Brasil (BCB).

Os mesmos critérios, metodologias de análise e verificações aplicados às operações de Crédito Rural que envolvem imóveis rurais foram estendidos às operações de CPR com

liquidação financeira, reforçando o compromisso institucional com a observância das normas regulatórias e com a adoção das melhores práticas de gestão de riscos e responsabilidade socioambiental.

Ainda, no contexto do Leilão 2 do Eco Invest, a utilização da ferramenta para avaliação socioambiental de imóveis passou a integrar de forma estruturada o processo de enquadramento e acompanhamento das operações, em linha com os critérios de elegibilidade e salvaguardas previstos no Manual Operacional do programa. A ferramenta é empregada tanto na etapa de verificação inicial do imóvel (com foco na análise da regularidade socioambiental da área financiada, incluindo situação do CAR, existência de embargos ambientais, sobreposição com áreas protegidas e ocorrência de desmatamento), quanto no monitoramento contínuo ao longo da vigência da operação, com geração de alertas para eventos relevantes.

2. Contratação e Implantação de ferramenta para avaliação do risco climático físico de clientes:

Finalização do processo de contratação e implantação de ferramenta com o objetivo de aprimorar a avaliação de clientes no âmbito do risco climático físico. Essa solução permitirá a integração de dados e análises avançadas sobre riscos físicos decorrentes das mudanças climáticas, garantindo maior precisão na identificação de vulnerabilidades e suporte à tomada de decisão alinhada às diretrizes de gestão SAC da Instituição.

3. Fortalecimento da Gestão de Riscos Social, Ambiental e Climático em Atendimento à Autorregulação SARB nº 014/2014:

Em 2025, o banco avançou na robustez do seu arcabouço de gestão de riscos social, ambiental e climático em resposta à atualização da Autorregulação SARB nº 014/2014, por meio de um programa estruturado de adequação que combinou mapeamento de impactos da autorregulação, governança interáreas e formalização de procedimentos, com foco no fortalecimento da aderência normativa. Nesse contexto, a Instituição promoveu o engajamento transversal das áreas envolvidas, com a constituição de grupos de trabalho e reportes periódicos às instâncias internas competentes, viabilizando a consolidação das alterações requeridas.

Como parte desse esforço, e entre outras iniciativas conduzidas ao longo do exercício, destacam-se a revisão e padronização de cláusulas contratuais de responsabilidade social, ambiental e climática, o aprimoramento de instrumentos aplicáveis a fornecedores e prestadores de serviços, adequações em processos relacionados a garantias e o reforço de registros e controles associados a eventos e perdas. Esses avanços contribuíram para o atendimento do prazo regulatório e para o fortalecimento contínuo do ambiente de controles, preservando a coerência entre práticas, normativos internos e diretrizes da autorregulação.

Em relação aos procedimentos e às rotinas específicas para o gerenciamento dos riscos SAC em setores econômicos ou em regiões geográficas mais sensíveis do ponto de vista social, ambiental e climático, em 2023, o Sistema de Autorregulação Bancária da Febraban publicou o novo Normativo SARB nº 026/2023, que definiu diretrizes e procedimentos comuns para a gestão do risco de desmatamento ilegal nas operações de crédito com frigoríficos.

Nesse sentido, os processos de gestão dos riscos social, ambiental e climático da Instituição foram adaptados para garantir o cumprimento dos critérios dispostos no regulamento, contando com a definição de planos de adequação e consequências cabíveis caso haja identificação de descumprimento, pelos clientes matadouros e frigoríficos, localizados na Amazônia Legal e Maranhão, dos controles de rastreabilidade e de monitoramento e da divulgação de indicadores de progresso exigidos pela Instituição para conformidade com o normativo.

Na data-base de 2025, os clientes enquadrados no escopo do normativo e com limite de crédito possuíam compromisso com a implementação de sistemas voltados à mitigação do risco de aquisição de gado associado ao desmatamento ilegal. Ao longo do exercício, foram acompanhadas as informações e evidências disponibilizadas pelos clientes, com vistas à avaliação do grau de aderência aos critérios estabelecidos pela Instituição.

Ainda em 2025, a Instituição realizou a revisão e atualização do protocolo interno relacionado ao atendimento do Normativo SARB nº 026/2023, incorporando o amadurecimento do tema e a experiência prática adquirida no acompanhamento dos clientes elegíveis.

O protocolo atualizado passou a refletir de forma mais estruturada a abordagem adotada para a gestão do risco de desmatamento ilegal, prevendo consequências no relacionamento com esses clientes de forma proporcional ao nível de desenvolvimento dos controles e ao engajamento demonstrado.

Os dados completos referentes ao exercício de 2025 serão divulgados pelos clientes até março de 2026, conforme o ciclo de reporte aplicável. A partir desse marco, será realizada nova avaliação para verificação da aderência aos critérios estabelecidos e para a confirmação do atendimento ao normativo aplicável, mantendo-se o acompanhamento periódico nos marcos subsequentes.

Tendo em vista o compromisso do banco BV com a SARB nº 026/2023, cabe mencionar ainda que na data-base do relatório o relacionamento para uma empresa foi reprovado, dada a atuação dessa em áreas de elevada sensibilidade socioambiental e a ausência de mecanismos para rastreabilidade adequada de suas cadeias de fornecimento.

c) Descrição dos mecanismos utilizados para a identificação tempestiva de mudanças políticas, legais ou regulamentares que possam impactar o risco climático de transição incorrido pela Instituição.

A área de Riscos Social, Ambiental e Climático é responsável por conhecer toda a agenda normativa aplicável à sua atuação, monitorando mudanças políticas, legais e regulamentares. A equipe técnica é capacitada para capturar mudanças setoriais relevantes durante a análise de riscos das contrapartes, consolidando o conhecimento e trazendo percepções de mudanças setoriais para as áreas envolvidas. Em casos específicos, as áreas de Riscos e Sustentabilidade contribuem para o aprimoramento de políticas públicas em discussão via associações setoriais, tais como a Febraban e a ABBC (Associação Brasileira de Bancos).

Adicionalmente, a área de Risco Operacional e *Compliance*, unidade responsável pela gestão do risco de conformidade da Instituição, dentro do escopo preventivo de atuação, monitora mudanças legais e regulatórias, comunicando e reportando estas respectivas mudanças para as áreas afetadas para eventual necessidade de adequação interna.

- d) No âmbito do gerenciamento integrado de riscos, descrição dos mecanismos utilizados para o tratamento das interações entre o risco social, o risco ambiental e o risco climático, e entre esses e os demais riscos incorridos pela Instituição, observado o disposto no art. 38-E da Resolução nº 4.557, de 2017.**

Risco de Crédito

Como já descrito anteriormente, a Instituição possui metodologia de *Rating* ESG para o segmento do Atacado, a qual afeta diretamente o *rating* do Risco de Crédito, as alçadas de aprovação de crédito e limites de exposição por meio de indicador do Apetite a Riscos.

Ainda, as políticas de setores e atividades restritas estão intrinsecamente presentes nos processos de aprovação de crédito (Atacado e Varejo).

Risco de Mercado

Em relação a potenciais impactos dos riscos SAC nas posições de risco de mercado, a Instituição realizou avaliação de cada fator de Risco de Mercado (em linha com o Art. 25 da Resolução CMN nº 4.557/17) e suas possíveis relações com eventos sociais, ambientais e climáticos.

Como resultado desta análise, e dadas as características das operações e das exposições em risco de mercado atuais, o banco BV considera que potenciais impactos de risco social, ambiental e climático para fatores de risco de mercado estariam relacionados a *commodities*, dada a relação mais efetiva com eventos de riscos SAC (como crises hídricas e variações de temperaturas relevantes, entre outros) ou a risco de ações e spread de crédito em TVMs (Títulos e Valores Mobiliários).

O risco de spread de crédito é contemplado pelas análises do *Rating* ESG descritas anteriormente. Para a data-base deste relatório, o banco BV não possui exposição material em risco de *commodities* e ações.

Risco Operacional

Conforme os papéis e responsabilidades das linhas de defesa, o banco BV possui procedimento para identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do Risco Operacional, que inclui, mas não se limita, aos processos administrativos e judiciais que possam gerar provisões ou desembolsos, incluindo custos implícitos, decorrentes de ações trabalhistas, coletivas ou individuais, relacionadas a descumprimento de normas de higiene e segurança, discriminação ou assédio no ambiente de trabalho; ações cíveis en-

volvendo trabalho escravo ou infantil atribuídos à Instituição; infrações ambientais, como penalidades por descarte inadequado de resíduos, contaminação ou outras irregularidades ambientais; responsabilidade solidária socioambiental, em condenações decorrentes de prática de clientes ou fornecedores, como crimes ambientais ou descumprimento de legislação ambiental; e Bens Não de Uso (BNDU), em processos administrativos relacionados a áreas embargadas ou restrições de uso.

Esses procedimentos asseguram a identificação e o tratamento de riscos com impacto social e ambiental, alinhados às diretrizes de gestão de risco operacional previstas em políticas e instruções normativas.

Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez é definido como: a) a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e b) a possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Para as captações (fontes de captação), foi estabelecida uma análise das contrapartes, considerando os princípios de proporcionalidade e relevância estabelecidos na Resolução CMN nº 4557/17. Adicionalmente, foram realizadas análises e estabelecidos controles em fontes de captação em casos de Pessoas Físicas aplicando o filtro negativo relacionado à lista pública do “Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo” do MTE.

Para o estoque de ativos líquidos (risco de liquidez de ativos), o escopo de avaliação são os TVMs privados, onde é realizada a análise de cada contraparte no âmbito do *Rating* ESG no momento da aprovação da proposta de limite de crédito.

Além disso, o banco BV considera “*greenwashing*” como uma ameaça potencial à liquidez, em função do não cumprimento dos investimentos estabelecidos pelo *framework* da Instituição nas captações via emissões temáticas, o que poderia resultar em um acesso reduzido ao financiamento do mercado. Para mitigar esse risco, o banco BV dispõe de monitoramento dos ativos ESG com reporte ao Comitê de Controles e Riscos (CCR).

e) Descrição dos processos de gerenciamento do risco social, do risco ambiental e do risco climático, destacando o monitoramento, o controle e a mitigação desses riscos.

Em complemento aos processos de gerenciamento de riscos social, ambiental e climático descritos ao longo deste relatório, vale destacar que o banco BV busca alinhar-se às melhores práticas de mercado quanto às atividades relativas ao risco social, ambiental e climático em suas diversas frentes de atuação, tais como:

- **Onboarding:** Clientes, fornecedores, parceiros e investidas são avaliados quanto a apontamentos desabonadores ou restrições relacionadas aos aspectos sociais, ambientais e climáticos como parte do processo de conformidade *Know Your Client/Know Your Partner*;
- **Diligência na concessão de crédito:** Avaliação dos riscos social, ambiental e climático como parte do processo de tomada de decisão de crédito para toda a carteira do Atacado e a nota quantitativa é integrada ao modelo de *rating* de crédito, com elaboração do parecer qualitativo para clientes com riscos social, ambiental e climático alto ou crítico. Além de monitoramento trimestral da base de clientes (considerando os princípios de relevância e proporcionalidade) do segmento Atacado por consultoria especializada;
- **Garantias Imobiliárias:** Avaliação da conformidade ambiental (passivos ambientais), indícios de invasão ou risco de deslizamentos de imóveis oferecidos em garantia de operação de crédito Atacado;
- **Framework para Project Finance:** Aplicação das diretrizes dos Princípios do Equador (signatário desde 2016) para identificar e avaliar riscos ambientais, sociais e climáticos em projetos;
- **Fornecedores:** Avaliação dos fornecedores com atividades com potencial de vulnerabilidade socioambiental e climática, considerando a conformidade com as regulamentações de meio ambiente, saúde e segurança e direitos trabalhistas e os aspectos relacionados à política corporativa sobre mudanças climáticas das empresas;
- **Produtos e Serviços:** Novos produtos e serviços financeiros são analisados antes de seu lançamento, a fim de avaliar sua compatibilidade e consistência com os padrões ambientais e de direitos humanos estabelecidos na atual PRSAC, em linha com a Resolução CMN nº. 4.945/21;
- **Investidas:** Avaliação dos riscos social, ambiental e climático das investidas da Instituição enquadradas no escopo da Resolução CMN nº 4.943/21;
- **Fontes de Captação:** Avaliação dos riscos social, ambiental e climático dos clientes, com restrição implantada para casos incluídos no “Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo” do MTE;
- **Cláusulas Contratuais:** Aplicação da cláusula de responsabilidade socioambiental nos contratos de crédito pessoa jurídica, conforme requisitos da autorregulação Febraban SARB nº 014/2014; e
- **Crédito Rural e CPR:** Avaliação da conformidade de imóveis rurais, sob a ótica de risco social, ambiental e climático, para subsidiar a tomada de decisão no financiamento de atividades produtivas agropecuárias assegurando o cumprimento das normas do BCB, em especial o MCR e da legislação vigente.

A área de Riscos Social, Ambiental e Climático do banco BV monitora tempestivamente a lista pública do “Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo” do MTE e mídias dos clientes que compõem o indicador de riscos social, ambiental e climático do Appetite a Riscos.

Para cada ciclo de renovação dos processos de PLD/FTP para clientes, parceiros e fornecedores há uma nova avaliação de riscos social, ambiental e climático.

Especificamente no processo de concessão de crédito para o segmento Atacado, a análise de riscos social, ambiental e climático tem uma validade a depender da nota do Pilar Social, Ambiental e Climático (que compõe o *Rating* ESG). Caso sejam identificadas mídias desabonadoras antes do vencimento, o cliente é reavaliado e, se houver atualização na nota de algum dos pilares da avaliação, uma vez que essa seja menor ou igual a 5, o parecer técnico tem de ser submetido a alçada de aprovação de crédito competente, independentemente da previsão de renovação do limite ou do *rating* de crédito.

No que tange ao processo de gerenciamento de risco institucional/corporativo, o qual, dadas as características da Instituição, possui maior exposição ao risco social, destacam-se os processos de gestão de pessoas e relações de trabalho, em conformidade com a legislação trabalhista e previdenciária e com foco na mitigação de quaisquer eventos que violem os direitos humanos como assédio, discriminação, preconceito ou exclusões com base em gênero, cor, orientação sexual, raça, deficiência, religião, idade ou demais atributos físicos, pessoais e/ou culturais, conforme Código de Conduta.

Entre os componentes deste gerenciamento de riscos, destacam-se estruturas especializadas na gestão e monitoramento das relações do trabalho e previdência, processo e governança de captura, análise e tratamento de denúncia por meio de canal de denúncia institucional, BV Acolhe - canal exclusivo e confidencial, criado para oferecer o apoio necessário em situações diversas -, Fórum de Conduta, pesquisas internas incorporando avaliações de clima, fóruns externos e fórum de D&I interno com executivos, grupos de afinidades e ações que impulsionem e gerem ambiente de inclusão e equidade no BV, tendo compromisso público com o avanço da equidade de gênero e racial a partir de metas relacionadas a representatividade de mulheres na liderança e pessoas negras no nosso quadro.

Por fim, após os eventos climáticos extremos ocorridos nos últimos anos e reconhecendo o potencial impacto desses nas estruturas e nos colaboradores do banco BV, em 2025, a Instituição manteve monitoramento através do *dashboard* de eventos climáticos, movimentação de massa, ondas de calor, etc.

f) Descrição dos mecanismos utilizados para o monitoramento de concentrações em setores econômicos, regiões geográficas ou segmentos de produtos e serviços mais suscetíveis a sofrer ou causar impactos sociais, ambientais e climáticos.

O banco BV monitora a exposição aos riscos de concentração setorial e de exposição em determinados produtos por meio de limites específicos pertencentes à Declaração de Apetite a Riscos (RAS), tendo as análises de riscos social, ambiental e climático como um dos pilares para a definição destes limites. O reporte destes indicadores é realizado mensalmente ao Conselho de Administração.

Para a data-base deste relatório, o banco BV não possuía riscos social, ambiental e climático material nas visões de concentração em regiões geográficas.

Mais detalhamentos sobre os mecanismos podem ser verificados nas tabelas EST – item b e Tabela GER – item b.



4

TABELA MEM

Indicadores utilizados no gerenciamento do risco social, do risco ambiental e do risco climático

a) Indicadores quantitativos utilizados no gerenciamento do risco social, do risco ambiental e do risco climático, destacando aqueles associados:

- à classificação das exposições quanto a esses riscos, considerando o setor econômico, a região geográfica e o prazo médio das exposições; e
- às concentrações significativas nas exposições da instituição, observado o disposto no art. 38-D, inciso V, da Resolução nº 4.557, de 2017.

Mesmo com a necessidade de evolução no nível de maturidade metodológica na quantificação do Risco Social, Ambiental e Climático em todo o mercado (nacional e internacional), o banco BV dispõe de diversos instrumentos quantitativos no gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático, seja do contexto dos negócios ou institucional, dentre os quais destacam-se:

- **Teste de Estresse Climático;**
- **Rating ESG (metodologia interna), possibilitando avaliações individuais e de toda carteira (como a distribuição da carteira por rating);**
- **Monitoramento de Concentração Setorial e de Clusters de Rating ESG;**
- **Indicadores de contingências trabalhistas;**
- **Estudos quantitativos complementares (não rotineiros) que auxiliam na avaliação do risco climático da carteira em diferentes cenários; e**
- **Inventário de Gases de Efeito Estufa (Escopos 1, 2 e 3).**

É importante destacar que o banco BV entende que uma certa padronização entre as instituições financeiras dos indicadores quantitativos é de grande importância para a evolução do mercado.

b) Descrição das metodologias utilizadas para o cálculo ou estimação dos indicadores mencionados no item (a).

Nos detalhamentos abaixo, são descritos alguns dos principais indicadores, bem como os resultados passíveis de divulgação.

• Teste de Estresse Climático

A metodologia utilizada no teste de estresse climático está descrita na Tabela EST item d). Vale destacar que, no cenário analisado pelo Teste de Estresse Climático para a data-base do presente relatório, a Instituição apresenta suficiência de capital.

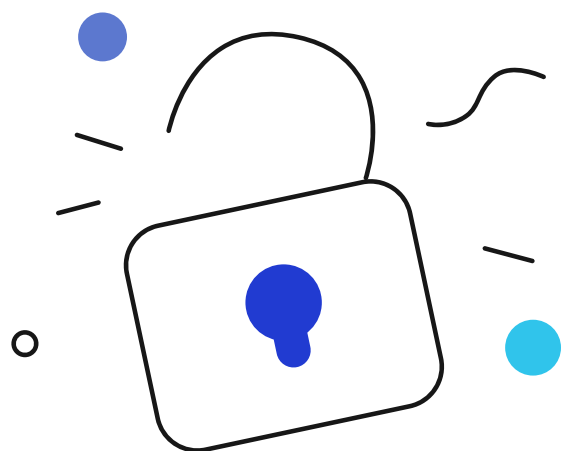
• Rating ESG (metodologia interna), possibilitando avaliações individuais e de toda carteira (como a distribuição da carteira por rating)

Conforme descrito na Tabela GER (item b), o banco BV possui modelo proprietário de *Rating* ESG para avaliação dos riscos sociais, ambientais e climáticos, governança corporativa e governança em sustentabilidade das contrapartes do segmento do Atacado. Em 2025, 1.400 avaliações foram realizadas em casos que apresentavam algum potencial de risco social, ambiental e climático. Se constatado aspecto social, ambiental ou climático relevante, são tomadas medidas para envolver o cliente para mitigar os riscos e impactos identificados. No entanto, para clientes que não cumpram os critérios mínimos do banco BV, o relacionamento é encerrado ou não é iniciado.

Entre as fontes de dados utilizadas na apuração e avaliação do *Rating* ESG, destaca-se o Questionário ESG, o qual é preenchido pelo cliente do segmento Atacado (Corporate e Large Corporate) com informações autodeclaratórias, as quais são consideradas para análise de eventuais riscos e avaliação de em que medida a empresa possui uma gestão socioambiental estruturada, consistente, coerente com suas características operacionais e alinhada com as melhores práticas corporativas. Cabe ressaltar que o formulário passa por um *screening* inicial para verificação das informações reportadas pelo cliente a fim de confirmar, quando possível, a integridade dos dados.

Por meio desse envolvimento com o cliente, é possível: i. compreender melhor e trocar informações com os clientes sobre as suas estratégias nos temas social, ambiental e climático; ii. melhorar a avaliação dos riscos e impactos climáticos dos clientes e compreender como eles os mitigam; e iii. estruturar e propor soluções adequadas e inovadoras de financiamento, assessoria e parcerias para a transformação ecológica dos clientes.

Ao fim de 2025, 1360 Questionários ESG estavam vigentes, resultando em diferentes *clusters* (agrupamentos) de *rating*, os quais são monitorados em índices de concentração da RAS.



O processo de recebimento do Questionário ESG, análise dos riscos SAC e cálculo do *Rating* ESG é realizado no Sistema ESG, plataforma própria do banco BV. No segundo semestre de 2025, os investimentos estratégicos no sistema geraram ganhos diretos de eficiência e fortaleceram nossa governança em riscos SAC. As melhorias resultaram em um processo de análise mais ágil e rastreável, aumentando a eficiência operacional e reduzindo retrabalhos.

Do ponto de vista do cliente, as melhorias na jornada digital ampliaram a transparência e a autonomia, o que representa um potencial para elevar os níveis de satisfação e a taxa de engajamento no preenchimento dos questionários.

Esses avanços consolidam uma gestão de risco mais robusta e uma experiência do cliente aprimorada, fortalecendo a governança e a eficiência na gestão do risco social, ambiental e climático como um todo.

• Monitoramento de Concentração Setorial e de *Clusters* de *Rating* ESG

Entre os indicadores quantitativos utilizados pelo banco BV na gestão do Risco Social, Ambiental e Climático, destacam-se os monitoramentos de concentração de setores com maior risco potencial e de *clusters* de *Rating* ESG. Ambos os indicadores possuem limites específicos definidos pela Declaração de Appetite a Riscos (RAS) e são reportados mensalmente para a Alta Administração (Comitês de Risco e CA), conforme governança da RAS.

• Indicadores de contingências trabalhistas

Dentro do escopo do gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático, o monitoramento de contingências trabalhistas tem como objetivo mensurar potenciais fragilidades que podem acarretar riscos sociais.

O banco BV atua em conformidade com a legislação trabalhista e todos os eventos são monitorados e acompanhados com indicadores devidamente provisionados, conforme reportado nas demonstrações financeiras.

• Estudos quantitativos complementares (não rotineiros), que auxiliam na avaliação do risco da carteira em diferentes cenários

O banco BV está exposto ao risco climático por meio dos clientes, das próprias operações e dos fornecedores. O risco climático físico é a possibilidade de ocorrência de perdas para a Instituição ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos. O risco físico pode surgir da crescente gravidade e frequência de eventos climáticos e meteorológicos, que podem danificar propriedades e outras infraestruturas, impactar as cadeias de abastecimento e afetar a produção de alimentos. Também pode reduzir as avaliações dos ativos, levando a uma menor rentabilidade das empresas. Os efeitos indiretos sobre o ambiente macroeconômico, tais como a diminuição da produção e da produtividade, podem exacerbar estes impactos diretos.

O risco climático de transição pode surgir do ajustamento para uma economia de baixo carbono, o que exigirá mudanças estruturais significativas na economia. Estas alte-

rações provocarão a reavaliação de valores de ativos, ajustes nos preços da energia e queda no rendimento e na qualidade de crédito de empresas. Por sua vez, isto implica perdas de crédito para as Instituições Financeiras.

Diante deste cenário e com o objetivo de aprofundar a compreensão dos potenciais impactos das mudanças climáticas sobre a carteira de crédito, o banco BV irá aprimorar a realização de estudos quantitativos complementares para auxiliarem na avaliação dos riscos climáticos físicos no segmento do Atacado, em diferentes cenários climáticos e horizontes temporais.

A partir da contratação de nova ferramenta especializada em análise quantitativa de risco climático, é esperado avanço na sofisticação metodológica desses estudos pela Instituição, com a possibilidade de incorporação de relatórios gerados a partir de modelagens probabilísticas baseadas em cenários climáticos amplamente reconhecidos e dados georreferenciados dos clientes e de seus ativos nas avaliações de risco climático. Esse aprimoramento permitirá mensurar a exposição da carteira a diferentes ameaças climáticas físicas de forma mais granular, consistente e comparável ao longo do tempo.

O uso da ferramenta possibilitará, ainda, visões consolidadas de portfólio com: (i) a identificação da concentração de exposição por tipo de risco climático físico; (ii) a análise de concentração geográfica, considerando a localização dos ativos e a variabilidade regional dos impactos climáticos; e (iii) a avaliação comparativa da evolução do risco ao longo de múltiplos horizontes temporais, apoiando análises prospectivas e de sensibilidade.

Inventário de Gases de Efeito Estufa (Escopos 1, 2 e 3)

Além disso, pelo quarto ano consecutivo, o BV levantou seu inventário de emissões de GEE. Em 2025 o Banco realizou a compensação de suas emissões referentes à 2024, foram 4,1 mil toneladas, menor em 7% que o período anterior (2023), devido à redução das viagens a negócios. Feito de acordo com padrões de qualidade internacionais do Programa Brasileiro GHG Protocol, a qualificação recebeu o nível ouro.

Dados inventário GEE 2024 (realizado no ano de 2025)

Escopo	Categoria Emissões (tCO ₂ e)
Escopo 1	20,97
Escopo 2	66,51
Escopo 3	4.041,67
Total	4129,14

Em 2025, o Banco ratifica seu compromisso público de compensação de 100% da emissão de CO₂ dos veículos financiados a partir de 2021.

Em relação às emissões financiadas, tema a ser detalhado na Tabela OPO, a Instituição concluiu o processo de cálculo das emissões financiadas das carteiras de 2021 a 2025, dos segmentos Atacado e Varejo.



5

TABELA OPO

Oportunidades de negócios associadas aos temas social, ambiental e climático

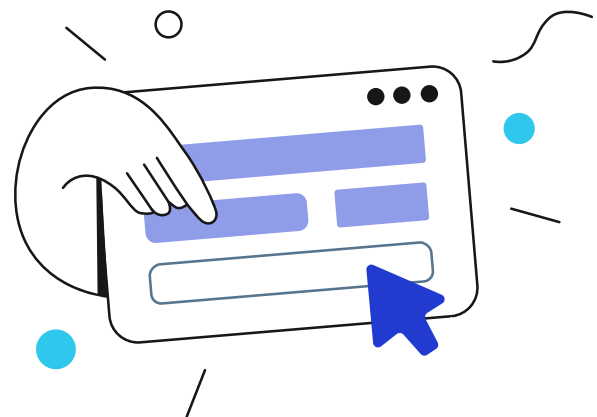
- a)** Instâncias de governança da Instituição com atribuições na identificação das oportunidades de negócios associadas aos temas social, ambiental e climático, considerando as instâncias em seus diversos níveis (estratégico, tático e operacional).

O banco BV possui estrutura de governança que trata das oportunidades de negócios ASG, composta pelas seguintes instâncias:



- b)** Descrição das responsabilidades atribuídas às instâncias identificadas no item (a) e do relacionamento entre elas.

As responsabilidades atribuídas às instâncias mencionadas acima são as mesmas já descritas na Tabela GVR, com exceção:



Nível estratégico

A **Diretoria de Pessoas, Marketing & ESG** é responsável por avaliar no primeiro nível estratégico de governança as oportunidades de produtos, serviços e operações rotuladas trazidas pela área de Negócios ESG, relacionadas às questões ambientais, sociais, climáticas e de governança.

Nível tático

O **Comitê de Produtos** é responsável por considerar o parecer de Negócios ESG na deliberação de novos produtos com cunho ESG.

O **Comitê ALM (Asset & Liability Management)** atua como órgão colegiado na estrutura de governança interna responsável por avaliar, validar e deliberar sobre as oportunidades de produtos, serviços e operações rotuladas como ESG que tenham impacto na estrutura de balanço, liquidez, risco e estratégia financeira do Banco.

Nível operacional

A área de **Negócios ESG** é responsável por assessorar as áreas de negócios do banco no tema oportunidades ESG e ser o porta-voz das oportunidades de negócios ESG que o banco oferece.

As áreas de **Negócios** são responsáveis por identificar junto aos clientes oportunidades de negócios ESG.



c) Processo e frequência de recebimento, pelo CA e, na ausência deste, pela diretoria, de informações relativas às oportunidades de negócios associadas aos temas social, ambiental e climático.

As oportunidades de negócios ESG são levadas ao COMEX para aprovação sempre que há necessidade. Trimestralmente são levadas ao CASG, que se reúne duas vezes ao ano com o CA.

d) Identificação das oportunidades de negócios associadas aos temas social, ambiental e climático que geram possibilidade de ganhos relevantes para a instituição em diferentes horizontes de tempo.

- **Dividir, quando possível, em (d.1) para os temas sociais, (d.2) para os temas ambientais e (d.3) para os temas climáticos.**

O banco BV reconhece a importância de considerar os aspectos sociais, ambientais e climáticos em suas operações e estratégias, destacando-se:

Temas Ambientais

Finanças Sustentáveis

O banco BV atua orientado pelos princípios que regem o mercado de finanças sustentáveis em nível internacional e nacional, pela PRSAC e pelo “Pacto por um futuro mais leve”, que estabelecem os princípios nos quais são pautadas as ofertas de produtos e serviços aos clientes, visando o crescimento sustentável do portfólio de negócios e a geração de valor aos stakeholders.

A área de Negócios ESG está diretamente ligada à meta de “Financiar e distribuir R\$ 80 bilhões para negócios ESG”. A meta é composta tanto pela produção ESG do segmento Varejo quanto Atacado. Desse montante, o realizado de 2021 a dezembro de 2025 foi de R\$ 47,66 bilhões. Em 2025, o BV financiou ou distribuiu R\$ 12,92 bilhões para negócios ESG. Desse montante, o varejo contribuiu com R\$ 1,39 bilhões enquadrados como ESG, considerando o financiamento de painéis solares, veículos elétricos e híbridos e o Atacado contribuiu com R\$ 11,53 bilhões, constituídos principalmente por operações relacionadas a saneamento, geração de energia renovável, eficiência energética, construção sustentável e agricultura de baixo carbono.



Do ponto de vista do segmento do Atacado, o banco BV estruturou uma operação pioneira com a Engie, na qual o pagamento do fee foi realizado em créditos de carbono. Essa solução inovadora demonstra a capacidade da Instituição de integrar instrumentos financeiros com ativos ambientais, criando modelos que aceleram a transição para uma economia de baixo carbono e fortalecem o posicionamento do banco BV como referência em finanças climáticas.

• Participação do BV no Eco Invest Brasil – Leilão 2

O Banco BV foi um dos bancos contemplados no Leilão 2 do Programa Eco Invest Brasil, iniciativa federal que direciona recursos para projetos de recuperação de áreas degradadas, com foco em restauração ecológica, mitigação climática e fortalecimento de comunidades.

O Eco Invest é um mecanismo nacional que busca ampliar a oferta de crédito sustentável no país, financiando iniciativas que promovem a descarbonização, a transição ecológica e a regeneração ambiental. Já o Eco Invest 2 é voltado especificamente para projetos de recuperação ou restauração de áreas degradadas, um dos pilares mais importantes da agenda climática brasileira. A participação do banco BV no leilão evidencia o papel do banco como player preparado para apoiar soluções ambientais estruturantes, contribuindo de forma direta para a restauração ecológica e a transição sustentável do país.

• Operação Blue Repo com o Barclays

Outro destaque relevante é a operação Blue Repo, realizada em parceria com o Barclays, que marcou uma captação internacional de US\$ 20 milhões para o refinanciamento da carteira do banco BV voltada a projetos de saneamento básico no Brasil.

A estruturação se deu por meio de um Blue Repo, instrumento financeiro internacional associado à preservação e uso sustentável de recursos hídricos. Os recursos serão destinados a iniciativas de alto impacto, como estações de tratamento de água, redes de esgoto e sistemas de gestão de resíduos sólidos, fortalecendo o compromisso do BV com a melhoria da infraestrutura hídrica do país. Trata-se do primeiro Blue Repo realizado por um banco privado no Brasil, consolidando o BV como instituição capaz de estruturar operações sustentáveis, de alcance global e plenamente conectadas às práticas internacionais em finanças sustentáveis e aos padrões da economia azul.

Financiamento Solar

O financiamento de painéis solares tornou-se uma das principais operações do banco BV. Ao final de 2025, o banco contava com uma carteira de crédito de R\$ 3,7 bilhões.

Parceria em negócios ESG

Uma das estratégias do banco BV é a criação de parcerias com clientes estratégicos para viabilizar a transição dos seus negócios, que pode acontecer de várias maneiras como o financiamento mais barato para entregadores, troca de frota mais eficiente em carbono, aumento da instalação de painéis fotovoltaicos em suas unidades de negócios entre outras. Com isso, vislumbra-se potencial importante para esse tipo de parceria entre mercado financeiro, indústria e pessoa física.



Temas Climáticos

Finanças Climáticas

O Banco tornou-se signatário dos Princípios para Responsabilidade Bancária da ONU (UNEP FI) em 2022, entregando o seu primeiro relatório em 2023. Os Princípios são a principal estrutura para garantir que a estratégia e a prática dos bancos estejam alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU e do Acordo Climático de Paris. O Banco também teve sua adesão, em 2022, ao PCAF - *Partnership for Carbon Accounting Financials*, uma parceria global de instituições financeiras que trabalham juntas para desenvolver e implementar uma abordagem harmonizada de avaliação e divulgação das emissões de gases de efeito estufa (GEE) associadas a seus empréstimos e investimentos. A Instituição concluiu o processo de cálculo das emissões financiadas das carteiras de 2021 a 2025, tanto do segmento de Varejo quanto do Atacado. O objetivo principal é de quantificar e dar transparência às emissões de gases de efeito estufa financiadas pela Instituição, bem como elaborar estratégias de descarbonização da carteira, em linha com o compromisso "Pacto por um futuro mais leve" firmado pelo BV.

Do ponto de vista do Atacado, esse cálculo ajudará no entendimento interno sobre:

- I. o impacto positivo ou negativo da carteira do banco para as mudanças climáticas;
- II. a exposição da carteira do banco a projetos e/ou clientes com maior exposição aos riscos climáticos – especialmente os de transição; e
- III. o mapeamento de oportunidades do financiamento climático e produtos de transição voltados a determinados setores.

Essas práticas não apenas ajudam a mitigar os riscos climáticos, mas também posicionam os bancos como parceiros de escolha para empresas e projetos que buscam financiamento sustentável, contribuindo para um futuro mais verde e resiliente.

Complementarmente, a Instituição fortaleceu sua agenda climática ao estabelecer uma parceria estratégica com a *American Chamber of Commerce for Brazil* (AMCHAM) e integrar o Hub de Descarbonização, iniciativa que promove a discussão qualificada de tendências de transição climática no Brasil. Essa parceria permite ao Banco acompanhar avanços regulatórios, soluções emergentes e boas práticas setoriais, além de contribuir ativamente para debates técnicos que apoiam a construção de rotas de descarbonização em âmbito nacional. Trata-se de um espaço de aprendizado e colaboração que aprimora a capacidade institucional do Banco em sua própria jornada climática.

Emissões Evitadas

Foi celebrada parceria entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), ERM NINT e banco BV para a atualização do cálculo das emissões evitadas no financiamento de painéis solares no período de 2021 a 2023.

Segundo dados internos, em 2021 o banco BV financiou aproximadamente 379.442 Kw (ano) em painéis para geração de energia fotovoltaica. Segundo metodologia proprietária do banco BV para a mensuração das emissões evitadas no financiamento de painéis solares fotovoltaicos, esse montante representa 99,37 mil toneladas de CO₂ evitadas.

Considerando o mesmo período no ano de 2022, o banco BV financiou aproximadamente 548.313 Kw (ano) em painéis para geração de energia fotovoltaica, o que representa 147,19 mil toneladas de CO₂ evitadas. E, por fim, considerando o mesmo período no ano de 2023, o banco BV financiou aproximadamente 279.299 Kw (ano) em painéis para geração de energia fotovoltaica, o que representa 55,74 mil toneladas de CO₂ evitadas.

Ampliando-se a metodologia de emissões evitadas, abarcando tanto Varejo (financiamento de painéis solares, veículos elétricos e movidos a etanol) quanto Atacado (financiamento de energia renovável), obteve-se no ano de 2024 mais de 525 mil toneladas de CO₂ evitadas. Logo, o total de emissões evitadas de 2021 a 2024 foi de 827,3 mil toneladas de CO₂.

A carteira de 2025 está em fase de cálculo.

f) Descrição de como as oportunidades de negócios mencionadas no item (d) são consideradas nas estratégias da Instituição, detalhando o horizonte de tempo considerado e os critérios adotados na priorização dessas oportunidades.

No banco BV sustentabilidade é fomentar o desenvolvimento social por meio de negócios sustentáveis no ecossistema em que atua. Esse posicionamento é sustentado pela atuação em quatro principais pilares:

- Mobilizar recursos para fomentar negócios sustentáveis;
- Multiplicar e humanizar o conhecimento financeiro;
- Acelerar a inclusão social interna e externamente; e
- Neutralizar nosso impacto ambiental.

Para reforçar esses pilares, foram assumidos cinco compromissos públicos em ações ASG, a serem atingidos até 2030, conforme mencionado anteriormente. Esses compromissos estão refletidos em políticas e metas internas alinhadas com a PRSAC, que estabelece os princípios para o oferecimento de produtos e serviços aos clientes, visando ao crescimento sustentável do portfólio de negócios e à geração de valor aos *stakeholders*.

O banco BV entende e posiciona-se como um viabilizador das transições sustentáveis e climáticas no Brasil, seja por meio de seus compromissos públicos, seja por meio de seus produtos e soluções. Nesse contexto, a Instituição realiza análise contínua dos principais *standards* e *frameworks* internacionais de finanças sustentáveis e climáticas, tais como: TCFD, SBTi, *Principles for Responsible Banking* (PRB), PCAF, ICMA, LMA, CBI, ISDA, além da Taxonomia Sustentável Brasileira e da Taxonomia Febraban. Esse monitoramento sistemático apoia a avaliação de riscos, tendências regulatórias e oportunidades de negócios associadas à transição climática.

Durante 2025, o banco BV ampliou de maneira significativa o engajamento interno em finanças climáticas. Foi estruturado ciclo de treinamentos em finanças ESG e climáticas, direcionado às áreas Jurídica, Comercial, Produtos e outras frentes estratégicas. Além disso, houve forte mobilização interna para disseminar conhecimento sobre o Programa *Eco Invest Brasil*, envolvendo os departamentos Jurídico, Comercial, Produtos, Riscos ESG e Tesouraria, garantindo alinhamento técnico sobre elegibilidade, salvaguardas, contrapartidas e mitigadores de riscos e oportunidades setoriais.

No âmbito externo, o banco BV fortaleceu sua presença e reputação ao participar da *Climate Week* e realizar *roadshow* pela Europa, com foco em ampliar a agenda ESG junto a bancos multilaterais e instituições financeiras internacionais. Essa agenda internacional buscou reforçar a credibilidade do banco, ampliar conexões estratégicas e explorar oportunidades em instrumentos financeiros de transição, *blended finance* e mercados rotulados.



Ao longo de 2025, a equipe de Negócios ESG participou de mais de 20 eventos, incluindo convites de clientes, mesas-redondas, painéis técnicos, participações em encontros pré-COP, além de *podcasts* internos e externos, fortalecendo a disseminação de conhecimento e posicionando o BV como um ator ativo no ecossistema de finanças sustentáveis.

Essas iniciativas demonstram um ano marcado por forte engajamento interno e externo, reforçando o papel do BV como parceiro estratégico e agente relevante na transformação sustentável do sistema financeiro brasileiro.

Glossário

ABBC – Associação Brasileira de Bancos

ALM – Asset & Liability Management

ASG – Ambiental, Social e Governança

BCB – Banco Central do Brasil

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNDU – Bens Não de Uso

CA – Conselho de Administração

CAR – Cadastro Ambiental Rural

CASG – Comitê Ambiental, Social e Governança

CBI – Climate Bonds Initiative

CBPS – Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade

CCR – Comitê de Controles e Riscos

CEP – Código de Endereçamento Postal

CMN – Conselho Monetário Nacional

COMEX – Comitê Executivo

CPR – Cédula de Produto Rural

CRC – Comitê de Riscos e Capital

CRO – Chief Risk Officer

DRE – Demonstrativo de Resultados no Exercício

DRSAC – Documento de Riscos Social, Ambiental e Climático

ESG – Environmental, Social and Governance

FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos

FTP – Financiamento ao Terrorismo e Proliferação de Armas

FUNAI – Fundação Nacional dos Povos Indígenas

GEE – Gases de Efeito Estufa

GHG – Greenhouse Gases

GRSAC – Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICAAP – Processo Interno de Avaliação da Adequação do Capital

ICMA – International Capital Market Association

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IF – Instituições Financeiras

IFC – International Finance Corporation

IPCC – Intergovernmental Panel on Climate Change

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

ISDA – International Swaps and Derivatives Association

KYC – Know Your Client

KYP – Know Your Partner

LMA – Loan Market Association

MCR – Manual do Crédito Rural

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

NGFS – Network for Greening the Financial System

NiGEM – National Institute Global Econometric Mode

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONU – Organização das Nações Unidas

PCAF – Partnership for Carbon Accounting Financials

PCL – Plano de Contingência de Liquidez

PLD – Prevenção à Lavagem de Dinheiro

PMES – Pequenas e Médias Empresas

PRB – Principles for Responsible Banking

PRSAC – Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática

SAC – Social, Ambiental e Climático

SARB – Sistema de Autorregulação Bancária

SBTi – Science Based Targets Initiative

SSP – Shared Socioeconomic Pathways

TCFD – Task Force on Climate-related Financial Disclosures

TVM – Títulos e Valores Mobiliários

UNEP-FI – United Nations Environment Programme Finance Initiative

